



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Exposição ao conflito interparental e qualidade das relações pais-filhos em adultos emergentes: o papel mediador das representações de culpa e de ameaça

Rafaella Ferreira Lopes

Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientador(a):

Doutora Carla Sofia Carvalho de Freitas Silva, Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

Co-Orientador(a):

Doutora Eunice Vieira Magalhães, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Exposição ao conflito interparental e qualidade das relações pais-filhos em adultos emergentes: o papel mediador das representações de culpa e de ameaça

Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientador(a):

Doutora Carla Sofia Carvalho de Freitas Silva, Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

Co-Orientador(a):

Doutora Eunice Vieira Magalhães, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

Agradecimentos

Quero expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas e organizações que tornaram possível a realização deste trabalho. Este projeto não teria sido concluído com sucesso sem o apoio, orientação e contribuições de muitos.

Primeiramente, agradeço às minhas orientadoras, Carla Silva e Eunice Magalhães, por sua orientação experiente, paciência, compreensão e apoio inabalável ao longo deste processo. Suas valiosas sugestões e olhares atentos foram fundamentais para a qualidade deste trabalho. Quero também estender meus agradecimentos ao professor Antônio Pinto, que me incentivou desde os primeiros passos neste longo percurso acadêmico.

À minha família, que sempre me apoiou, quero expressar minha profunda gratidão. Seu amor e encorajamento constantes foram a minha força motriz. Aos meus pais, Elizabeth e Vivalde, que me permitiram ser quem sou, estar onde estou e sonhar, sem medir esforços. A conclusão deste ciclo é uma homenagem ao exemplo que vocês são como pais e à dedicação que têm demonstrado em minha educação. À minha irmã, Camilla, por ser meu porto seguro, pelas músicas e orações. Suas palavras de encorajamento nos momentos difíceis e sua celebração nos momentos de sucesso foram inestimáveis para mim. Aos meus avós, desejo expressar minha profunda gratidão pela notável força, trabalho incansável e coragem de quebrar ciclos, permitindo-me assim chegar aqui. Ao Diogo, que neste árduo processo me trouxe todo incentivo, pelo sorriso tranquilizador nos dias difíceis e pelos momentos de felicidade que compartilhamos ao longo deste percurso, tornando a jornada muito mais significativa e memorável. À Laura e ao Alberto, que me acolheram, impulsionaram e sonharam comigo. A maneira como vocês continuamente demonstraram interesse genuíno em meu progresso acadêmico e me incentivaram a perseguir meus objetivos é algo que valorizo profundamente.

Também desejo expressar minha gratidão aos meus amigos, colegas de estudo e profissão que compartilharam ideias e experiências ao longo da minha jornada. Vocês foram uma rede de apoio, uma âncora em tempestades acadêmicas e uma constante fonte de inspiração.

Por fim, quero estender meu sincero agradecimento a todos aqueles que se dedicaram a participar da pesquisa. Sem a colaboração de vocês, nada disso teria sido possível. Seu comprometimento e contribuições foram fundamentais para o sucesso deste trabalho.

Resumo

A exposição ao conflito interparental destrutivo é um fator de risco para o funcionamento psicossocial dos indivíduos ao longo da vida, estando associada a dificuldades em manter relações interpessoais saudáveis. Contudo, ainda pouco se sabe sobre as especificidades deste fenómeno nos adultos emergentes. Com o objetivo de aumentar o conhecimento científico sobre este tema, o presente estudo analisou o papel mediador das representações de culpa e ameaça na associação entre o conflito interparental destrutivo e as interações negativas e percepção de suporte dos adultos emergentes na sua relação com as suas figuras parentais. Adicionalmente, analisou-se também o papel moderador da nacionalidade (i.e., portuguesa e brasileira) nesses potenciais efeitos de mediação. Participaram neste estudo 250 adultos emergentes portugueses e brasileiros, com idade entre os 18 e os 25 anos. Considerando a amostra completa, os resultados revelaram que a exposição dos adultos emergentes ao conflito interparental estava associada a maiores percepções de culpa, que, por sua vez, estavam associadas a uma maior percepção de interações negativas com ambas as figuras parentais. Além disso, observou-se um papel moderador significativo da nacionalidade: a associação entre a exposição ao conflito interparental e as interações negativas com a figura materna foi mediada pelas representações de culpa nos participantes portugueses e pelas percepções de ameaça nos adultos emergentes brasileiros. Os resultados deste estudo contribuem para expandir a literatura acerca dos efeitos do conflito interparental nos adultos emergentes, evidenciando diferenças em função do contexto cultural dos participantes, e tendo importantes implicações para a prática.

Palavras-Chave: Conflito Interparental; Adultos Emergentes; Culpa; Ameaça; Interações Negativas; Suporte.

Abstract

Exposure to destructive interparental conflict is a risk factor for individuals' psychosocial functioning throughout their life and is associated with difficulties in maintaining healthy interpersonal relationships. However, little is known about the specificities of this phenomenon in emerging adults. Aiming to increase scientific knowledge on this topic, the present study analyzed the mediating role of emerging adults' appraisals of self-blame and threat in the associations between destructive interparental conflict and their perceptions of their relationship with their parents, in terms of perceived negative interactions and support. In addition, the moderating role of participants' nationality (i.e., Portuguese and Brazilian) in these potential mediation effects was also analyzed. Participants of this study were 250 emerging adults of Portuguese and Brazilian nationality, aged between 18 and 25. Considering the whole sample, the results revealed that emerging adults' exposure to conflict was associated with higher levels of self-blame appraisals, which in turn were associated with greater perceptions of negative interactions with both parental figures. Results also revealed a significant moderating role of participants' nationality in the hypothesized mediation pathways: the association between exposure to interparental conflict and negative interactions with the mother figure was mediated by representations of guilt in the Portuguese participants and by perceptions of threat in the Brazilian participants. The results of this study contribute to expanding the literature on the effects of interparental conflict on emerging adults, highlighting differences depending on the cultural background of the participants, and bearing important implications for practice.

Keywords: Interparental Conflict; Emerging Adults; Guilt; Threat; Negative Interactions; Support.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract.....	iv
Introdução	1
Enquadramento Teórico.....	4
Conflito interparental: da conceptualização ao impacto nos filhos.....	4
Exposição ao conflito interparental e a qualidade das relações com os pais	6
<i>Especificidades na adultícia emergente.....</i>	7
<i>Especificidades do contexto português e brasileiro</i>	9
O presente estudo	11
Método	13
Participantes	13
Instrumentos	14
<i>Questionário sociodemográfico.....</i>	14
<i>Perceção do conflito interparental</i>	14
<i>Perceção da relação pais-filhos</i>	15
Procedimento.....	15
Análise dos dados.....	16
Resultados.....	17
Estatísticas descritivas e correlações bivariadas	17
Modelo de Mediação.....	19
Modelo de Mediação Moderada.....	20
Discussão	23
Limitações e Pontos Fortes.....	28
Implicações para a Prática.....	29
Conclusão.....	30
Referências.....	31

Introdução

A exposição ao conflito interparental tem sido associada ao desenvolvimento das competências sociais dos filhos e, por conseguinte, com a qualidade das suas relações interpessoais, quer com os pais, quer com outras pessoas relevantes da sua rede social (Cummings & Davies, 2010; Davies & Cummings, 1994). A exposição ao conflito interparental destrutivo é considerada um fator de risco para o funcionamento psicossocial dos indivíduos ao longo de toda a sua vida (Kumar & Mattanah, 2018). Indivíduos expostos ao conflito interparental destrutivo apresentam uma maior probabilidade de evidenciar crenças negativas face aos relacionamentos e dificuldades em manter relações saudáveis com o outro (Kaufman-Parks et. al, 2017). De acordo com Bowlby (1982), a consistência com que os cuidadores correspondem às necessidades na primeira infância influencia a perceção acerca das representações do *self* e dos outros, mediante a formação de modelos de funcionamento interno. Estes modelos representacionais são transversais ao processo de desenvolvimento do indivíduo, modelando o comportamento nas relações estabelecidas ao longo da sua vida.

A exposição a interações interparentais destrutivas aumentam o risco de insegurança emocional na relação interparental, com implicações negativas para o ajustamento psicológico dos filhos (Cummings & Davies, 2010). Esta premissa vai ao encontro da teoria da vinculação (Bowlby, 1982) que propõe que a capacidade que as crianças e adolescentes têm de recorrer aos pais como fontes de segurança tem implicações importantes para o seu ajustamento, e que os efeitos nocivos dessas experiências relacionais ocorrem por vias que envolvem os subsistemas interparental e pais-filhos (Cummings & Davies, 2010; Silva & Calheiros, 2018). A ocorrência desses efeitos através no sistema pais-filhos designa-se por efeito *spillover* (Erel & Burman, 1995) e caracteriza o processo de extravasamento da qualidade da relação conjugal para a relação pais-filhos e vice-versa.

De acordo com o modelo cognitivo-contextual proposto por Grych e Fincham (1990; Fosco et al., 2007), a exposição dos filhos ao conflito interparental resulta em uma avaliação subjetiva desse conflito, com o objetivo de compreender a extensão da ameaça, as razões subjacentes e possíveis formas de enfrentamento. De acordo com esse modelo, o efeito do conflito é agravado quando os filhos o percebem como uma ameaça direta a si mesmas ou aos seus pais. Essa perceção pode ser influenciada não só pelas características ou propriedades do conflito, como a frequência, intensidade e duração do conflito, como também pelo contexto sociocultural e por características individuais, como a idade, o sexo/género, e experiências prévias. É importante ressaltar que essa perceção pode levar os filhos a internalizarem a culpa pelo conflito ou a atribuírem culpa aos seus pais e/ou a percecionarem o conflito como uma

ameaça à sua segurança e à estabilidade e bem-estar da família (Correia & Mota, 2017; Fosco et al., 2007; Grych & Fincham, 1990). Nesse contexto, fica claro que a forma como as crianças interpretam o conflito pode exercer um papel significativo no seu ajustamento psicossocial.

A partir do início da adolescência, esta questão torna-se especialmente relevante, à medida que pais e adolescentes vão ajustando a sua relação como resultado do normativo de procura, por parte dos adolescentes, de um maior sentido de autonomia, controle, competência e domínio (Zimmer-Gembeck & Collins, 2003). Na adultícia emergente, fase de transição para a vida adulta, este processo de autonomização ganha novos contornos (Newman & Newman, 2014), uma vez que, nesta fase, pais e filhos reconhecem e aceitam a coocorrência de semelhanças e diferenças nos seus pontos de vista relativamente a essa transição. Contudo, ainda pouco se sabe sobre as especificidades do efeito de extravasamento do conflito interparental para a relação pais-filhos nesta fase de desenvolvimento.

Tendo por base a hipótese de extravasamento (Erel & Burman, 1995), este estudo visa explorar de que modo a percepção que os adultos emergentes têm da sua exposição ao conflito interparental destrutivo se relaciona com a qualidade da sua relação com os pais (i.e., quer com a mãe, quer com o pai). Neste sentido, com base no modelo cognitivo-contextual de Grych e Fincham (Grych & Fincham 1990, Fosco et al., 2007), este estudo tem por objetivo investigar o papel das representações de culpa e de ameaça face ao conflito interparental como potenciais mediadores da associação entre exposição ao conflito interparental destrutivo e a percepção dos adultos emergentes acerca da qualidade da sua relação com ambos os pais, especificamente no que se refere à percepção de suporte e de interações negativas, controlando-se os potenciais efeitos concorrentes da idade e da frequência de contacto com as figuras parentais. Estes objetivos de investigação serão explorados a partir de uma perspectiva transcultural, envolvendo adultos emergentes do Brasil e de Portugal. Numa análise transcultural, visa-se um entendimento multicultural e inclusivo, não separatista e exclusivo de cultura. Deste modo, esta abordagem transcultural permitirá examinar as similaridades e diferenças nas relações entre a percepção da exposição ao conflito interparental destrutivo e a qualidade das relações com os as figuras parentais dos adultos emergentes do Brasil e de Portugal. Compreender esses aspetos é essencial para a promoção da segurança emocional e do bem-estar psicossocial dos adultos emergentes em contextos culturais diversos.

Tendo em vista os objetivos de investigação, esta dissertação encontra-se organizada em 5 capítulos. O primeiro capítulo corresponde ao enquadramento teórico e empírico da questão de investigação e focar-se-á na concetualização e no impacto do conflito interparental nos filhos, na relação entre a exposição ao conflito interparental e a qualidade das relações com

os pais, mas especificidades da adultícia emergente que podem afetar essa relação, e em especificidades do contexto português e brasileiro. Na sequência desta revisão de literatura, serão apresentados o problema de investigação e os objetivos do presente estudo. O segundo capítulo apresentará a metodologia do estudo, nomeadamente, os participantes, instrumentos, o procedimento de recolha de dados e a estratégia analítica utilizada. O terceiro capítulo consistirá na apresentação dos resultados do estudo. O quarto capítulo apresenta a discussão dos resultados, as limitações e pontos fortes do estudo assim como algumas implicações para a investigação e para a prática. A dissertação terminará com uma síntese das principais conclusões do estudo acompanhadas por algumas considerações finais acerca dos seus contributos para a literatura nesta área de investigação.

Enquadramento Teórico

Conflito interparental: da conceptualização ao impacto nos filhos

O conflito interparental é definido “como qualquer interação interparental que envolva uma diferença de opinião, quer esta seja maioritariamente negativa ou maioritariamente positiva” (Cummings & Davies, 2010). Desta forma, o conflito interparental pode ser concetualizado como um fenómeno comum e inevitável nas relações conjugais, que envolve qualquer discórdia ou disputa relativa a assuntos da vida familiar quotidiana (e.g., gestão da casa, educação das crianças). Trata-se, assim, de um construto multidimensional, avaliado como construtivo ou destrutivo, dependendo das suas características, nomeadamente, da sua frequência, intensidade, conteúdo e da sua resolução (Cummings & Davies, 2010). Especificamente, o conflito é considerado construtivo quando há uma tentativa por parte dos pais de promover uma resolução adequada das suas divergências (Cummings & Davies, 2010). O conflito construtivo baseia-se em estratégias positivas de resolução de problemas, como chegar a um acordo, boa comunicação e demonstração de afeto e de apoio quer entre o casal quer entre pais e filhos, apesar dos desacordos existentes. Pelo contrário, é destrutivo quando apresenta alta frequência e intensidade, com manifestações de hostilidade, raiva, formas de agressão física e/ou verbal, e quando não é adequadamente resolvido, ameaçando assim a estabilidade familiar (Kumar & Mattanah, 2018).

No que diz respeito à frequência, a investigação nesta área tem indicado que crianças e jovens que são repetidamente expostos a eventos de conflito interparental estão mais sensíveis aos seus efeitos negativos (e.g., Grych & Fincham, 1990; Fincham & Hall, 2005; van Eldik et al, 2020), ou seja, aqueles que experienciam conflito com elevada frequência tendem a percecionar níveis mais elevados de ameaça quando o conflito ocorre. Em relação à intensidade, estudos apontam que os jovens que testemunham o conflito primeiro avaliam a sua relevância e o potencial de ameaça (DeBoard et al., 2007) e esse processo de avaliações de ameaças estáveis e intensificadas é visto como um fator de risco chave para problemas de ajustamento psicossocial (Fosco et al., 2007). Quanto à resolução, os pais que conseguem gerir de forma construtiva as suas discussões ou conflitos fornecem aos seus filhos modelos positivos de resolução de problemas, enquanto pais que promovem conflitos não resolvidos ou mal resolvidos propiciam experiências mais perturbadoras para as crianças do que aquelas que são resolvidas com sucesso (Cummings & Davies, 2010; Davies & Cummings, 1994).

A distinção entre conflito construtivo e destrutivo é essencial para se compreender o impacto do conflito interparental nos filhos. Com efeito, investigação anterior tem demonstrado que estratégias construtivas de resolução dos conflitos contribuem não só para reduzir as reações negativas ou problemas de ajustamento das crianças, como também para reforçar aspetos positivos do seu funcionamento psicossocial (McCoy et al. 2009). Por outro lado, a baixa satisfação conjugal e a experiência de conflitos conjugais intensos, frequentes, e não resolvidos (ou resolvidos inadequadamente) tendem a afetar negativamente a relação pais-filhos, indicando assim, a permeabilidade entre a conjugalidade e a parentalidade (Erel & Burman, 1995).

A consideração fundamental da natureza do conflito, isto é, se ele é destrutivo ou construtivo, também desempenha um papel significativo na investigação dos efeitos do conflito nos filhos. A forma como ocorre a situação conflituosa pode influenciar o resultado, pois quando o casal adota uma abordagem construtiva durante as discussões, demonstrando habilidades eficazes de comunicação, o desfecho tende a ser mais positivo. Por outro lado, quando há o uso de agressão física e verbal, o resultado é o oposto (Benetti, 2006). Pesquisas têm mostrado que casais que se esforçam para melhorar a satisfação conjugal tendem a adotar melhores práticas parentais em comparação com aqueles que não estão disponíveis ou não buscam investir na relação conjugal (Merrifield & Gamble, 2013). Em outras palavras, aprimorar o subsistema conjugal acaba trazendo benefícios para a relação estabelecida com o subsistema parental.

A exposição ao conflito interparental destrutivo apresenta um risco para a saúde mental dos indivíduos ao longo da vida (Kumar & Mattanah, 2018). Diversos estudos nesta área têm demonstrado que as crianças e adolescentes expostas têm maior tendência para apresentar múltiplas dificuldades ao nível do seu ajustamento socioemocional (Rhoades, 2008), incluindo problemas de internalização e externalização (Buehler et al., 2007; Crockenberg & Langrock, 2001; Grych, 1998; Jekielek, 1998; Sha'ked et al., 2013), baixa autoestima (Krishnakumar & Buehler, 2000), e problemas ao nível das competências e relações sociais e dificuldades nas competências sociais (e.g., Cowan & Cowan 2007; Schoppe-Sullivan et al., 2007). A investigação tem também mostrado que estes efeitos negativos se prolongam até a idade adulta, em que indivíduos com histórias de exposição a formas destrutivas de conflito apresentam níveis elevados de sofrimento psicológico, problemas de internalização e dificuldades ao nível das suas relações familiares (Goeke-Morey et al., 2013; Holahan et al., 1994; Lucas-Thompson & Hostinar, 2013).

Exposição ao conflito interparental e a qualidade das relações com os pais

O conflito interparental destrutivo, caracterizado por discussões frequentes, por uma elevada intensidade e escalada de hostilidade e por uma resolução inadequada, pode minar o sentimento de segurança dos filhos na relação interparental, por exemplo, ao despoletar representações negativas acerca da relação conjugal dos pais e das consequências do conflito para a família e para si próprios (Cummings & Davies, 2010; Grych & Fincham, 1990). Nomeadamente, a exposição a este conflito pode levar ao receio da infelicidade dos pais em relação ao casamento e à vida familiar, do divórcio ou da dissolução da família, e da propagação da hostilidade do subsistema interparental para o contexto familiar global, nomeadamente, minando as relações entre pais e filhos (e.g., DeBoard-Lucas et al., 2010).

Esta propagação do conflito interparental para a relação pais-filhos tem sido designada por efeito *spillover* (Easterbrooks & Emde, 1988; Erel & Burman, 1995; Sears et al., 2015), e consiste num processo de extravasamento da qualidade da relação conjugal dos pais para a parentalidade e vice-versa. De acordo com a hipótese de extravasamento, a qualidade da relação conjugal impacta o subsistema parental através de quatro mecanismos principais: a) desvio, em que os sentimentos negativos vivenciados no relacionamento conjugal são expressos em relação à criança/adolescente; b) modelagem, por intermédio das interações disfuncionais entre os pais que resultam ou potencializam interações semelhantes na sua relação com os filhos; c) socialização, em que os progenitores que vivenciam conflitos conjugais tendem a reproduzir técnicas parentais menos adequadas; e d) estresse e papel da família, em que uma família que está a vivenciar momentos de estresse tende a ter menos disponibilidade de responsividade às necessidades dos filhos (Erel & Burman, 1995). Com efeito, diversos estudos, quer longitudinais quer transversais, já demonstraram que a exposição ao conflito interparental destrutivo está associada a perceções mais negativas dos filhos acerca da sua relação com os pais (Krishnakumar & Buehler, 2000; Silva & Calheiros, 2018). Contudo, pouco se sabe ainda acerca dos processos específicos que explicam essa associação.

O modelo cognitivo-contextual (Fosco et al., 2007; Grych & Fincham, 1990) oferece uma perspetiva particularmente útil para colmatar esta lacuna na literatura. Ancorado nas teorias sociocognitivas das teorias das relações interparentais, o modelo cognitivo-contextual é uma das principais teorias explicativas dos efeitos do conflito interparental no ajustamento dos filhos (DeBoard-Lucas & Grych, 2011; DeBoard-Lucas et al., 2010; Eldik et al., 2020; Fosco & Feinberg, 2015; Grych et al., 2000). Um dos aspetos distintivos desta perspetiva é o seu foco em descrever como é que as representações cognitivas dos filhos acerca do conflito interparental pode afetar o seu ajustamento psicológico (Fosco & Feinberg, 2015). A ênfase

dada por esta perspectiva a estas dimensões cognitivas concetualiza os filhos como agentes ativos que tentam dar um significado interpessoal à forma como o conflito interparental é expresso e gerido pelos pais (Cummings & Davies, 2010). Especificamente, o modelo identifica dois tipos principais de representações dos filhos implicadas nas dificuldades de ajustamento psicológico: as representações de ameaça (i.e., a convicção de que o conflito interparental põe em risco o seu bem-estar ou o da família – e.g., preocupação de que os conflitos poderão agravar-se, conduzir ao divórcio dos pais, ou direcionarem-se para si próprios) e as representações de culpa (i.e., a crença de que eles próprios têm responsabilidade na origem e na resolução do conflito).

Nesta perspectiva, estas representações configuram um mecanismo através do qual o conflito interparental pode dar origem a dificuldades de ajustamento psicológico (Fosco et al., 2007; Grych & Fincham, 1990). Sendo a qualidade das interações e relações sociais, incluindo as relações pais-filhos, um aspeto relevante do ajustamento psicológico dos indivíduos (Revenson et al., 2023), as representações de auto-culpabilização e de ameaça face ao conflito interparental podem ter um papel crucial na formação das suas perceções da sua relação com os pais e, dessa forma, funcionar como mediadores da relação entre a exposição ao conflito e a perceção dos filhos acerca da qualidade dessa relação. Com efeito, quando expostos ao conflito interparental, os filhos tentam extrair significado dessa experiência formando representações cognitivas acerca do seu potencial impacto, nomeadamente, em si mesmos e nas suas relações com os pais (i.e., representações de ameaça) e de até que ponto têm alguma responsabilidade pela ocorrência do conflito (i.e., representações de culpa). Ao influenciarem a sua interpretação do conflito interparental, estas representações podem também afetar as suas perceções acerca da sua relação com os pais. Por exemplo, se um filho ou filha perceciona o conflito como ameaçador, a ansiedade, o medo e o sentimento de insegurança resultantes dessa perceção pode levá-lo(a) a percecionar a relação com um ou ambos os pais de forma mais negativa. Do mesmo modo, a perceção de ser de alguma forma responsável pela ocorrência do conflito também pode dar a origem a perceções mais negativas dessa relação.

Especificidades na adultícia emergente

As questões em torno do efeito de extravasamento do conflito interparental para a relação pais-filhos tornam-se especialmente relevantes a partir do início da adolescência, à medida que pais e adolescentes vão ajustando a sua relação como resultado da procura normativa, por parte dos adolescentes, de um maior sentido de autonomia, controle, competência e domínio (Zimmer-Gembeck & Collins, 2003). Na adultícia emergente, fase de

transição para a vida adulta, este processo de autonomização ganha novos contornos, devido desafios desenvolvimentistas que caracterizam esta fase de desenvolvimento (Newman & Newman, 2014). A idade adulta emergente é proposta por Arnett (2000) como uma nova conceção de desenvolvimento para o período entre os 18 e os 25 anos, que, segundo o autor, demarca a fase entre o final da adolescência e o início da idade adulta propriamente dita. O autor defende que a idade adulta emergente é um período distinto demograficamente, subjetivamente e em termos de explorações identitárias, demarcado pelo abandono gradual da dependência da adolescência, mas ainda não tendo de assumir as responsabilidades da idade adulta. Sendo assim, esta fase é caracterizada por uma relativa independência, papéis e expectativas, bem como a exploração da intimidade emocional e física.

Nesta fase de exploração intensa da identidade, são necessárias oportunidades de expressão dessa individuação no contexto de um ambiente familiar recetivo e responsivo à expressão de ideias e pontos de vista diferentes (Newman & Newman, 2015). Experiências precoces de conflito interparental na infância e experiências continuadas de conflito interparental na idade adulta emergente podem afetar os indivíduos mesmo depois de estes saírem de casa (Warmuth et al., 2023). Um ambiente familiar marcado por dificuldades na relação interparental e na relação pais-filhos pode colocar em risco o ajustamento e uma autonomização saudável dos adultos emergentes. Contudo, as especificidades do fenómeno de extravasamento nesta fase de desenvolvimento permanecem ainda por explorar.

Neste período de transição, o apoio da família é fundamental para o sucesso da resolução das tarefas de desenvolvimento características desta fase (Lucas-Thompson & Hostinar, 2013; Tucker et al., 2013). Com efeito, os adultos emergentes que experienciam conflito na sua relação com os pais e que são frequentemente expostos ao conflito interparental têm maior probabilidade de apresentarem dificuldades em alcançar um sentimento confortável de autonomia (Taylor & Oskay, 1995). Pelo contrário, os adolescentes que são apoiados e considerados como parceiros ativos em relações pais-filhos positivas provavelmente terão mais sucesso no seu processo de autonomização (Newman & Newman, 2015).

Neste processo de transição para a vida adulta, a forma como os indivíduos representam mentalmente suas relações familiares e o apoio percebido na sua relação com os pais é particularmente importante para lidar de forma adaptativa com os desafios desenvolvimentistas decorrentes da separação progressiva da família e uma maior sofisticação cognitiva (Lucas-Thompson & Hostinar, 2013). Especificamente, as avaliações que os adultos emergentes fazem acerca do conflito interparental podem influenciar o seu ajustamento global (Lucas-Thompson & Hostinar, 2013; Tucker et al., 2013). Os adultos emergentes expostos ao conflito

interparental destrutivo são suscetíveis de estar especialmente sintonizados com comportamentos destrutivos e de perceber os conflitos como mais negativos e intensos do que os adultos emergentes expostos maioritariamente a conflitos construtivos (Goeke-Morey et al., 2007; Grych & Fincham, 1990, 1993; Stocker, & Richmond, 2007).

Especificidades do contexto português e brasileiro

Com este estudo, pretende-se também explorar as questões associadas ao conflito interparental numa perspetiva transcultural, com recurso a uma amostra de adultos emergentes de Portugal e do Brasil. Os padrões dos sistemas parentais e as crenças de uma cultura específica também podem gerar consequências específicas, que devem ser descritas e levadas em consideração na investigação acerca dos efeitos do conflito interparental nos filhos (Keller, 1998). Numa perspetiva transcultural, as normas e comportamentos culturais e as maneiras pelas quais as atividades humanas específicas são influenciadas por similaridades e diferenças individuais em grupos culturais e etnoculturais diversos com foco em variáveis biológicas, ecológicas, socioculturais e psicológicas (Berry et. al, 2011; Lonner, 2019; Segall et al., 1990; Shiraev, & Levy, 2016). Apesar de a teoria proposta por Arnett (2000) sobre a adultícia emergente se ter baseado em estudos com jovens americanos, o autor defende que esse fenómeno cultural se aplica a todas as sociedades pós-industriais. Ao considerarmos a perspetiva sistémica e ecológica, é importante examinar os contextos de vida, as condições educacionais e socioeconómicas, bem como os elementos do conflito mencionados anteriormente, juntamente com os fatores pessoais. Esses fatores incluem por exemplo, a culpa e o sentimento de ameaça (Mota & Matos, 2013).

No entanto, as políticas institucionais, sociais e económicas variam entre os países, resultando em diferentes trajetórias de transição para a vida adulta. É relevante considerar o caso específico de Portugal e situá-lo dentro do conjunto de países do Sul da Europa (Arias & Hernández, 2007; Billari, 2004; Buhl & Lanz, 2007; Douglass, 2007). Os regimes políticos dos países mediterrâneos são caracterizados pela ausência de medidas sociais de apoio à autonomia, o que contribui para o fortalecimento dos laços familiares, tornando a família a principal fonte de suporte em um contexto de crescente precariedade (Billari, 2004; Guerreiro & Abrantes, 2004; Petrogiannis, 2011). Especificamente no contexto português, foi observado um atraso no processo de autonomização e uma prolongada transição para a idade adulta devido à falta ou escassez de medidas sociais de apoio à independência dos adultos emergentes em Portugal (Andrade, 2016). Além disso, há um aumento na duração dos percursos educacionais, resultando numa inserção cada vez mais tardia no mercado de trabalho. Os adultos emergentes

também tendem a prolongar a coabitação com a família de origem e a depender financeiramente dela, adiando os seus planos individuais de constituição de uma nova dinâmica familiar. Esses fatores podem dificultar o processo de autonomização e independência (Arnett, 2000).

À semelhança do que se tem verificado noutros países (e.g., Aquilino, 1997, 2006; Crocetti & Meeus, 2014; Lefkowitz, 2005; Shulman & Ben-Artzi, 2003; Van Wel, 1994; Van Wel et al., 2002), em Portugal, o conflito entre os pais influencia a relação com as figuras parentais, levando a vínculos inseguros, independentemente de a estrutura familiar ser intacta ou não (Mota & Matos, 2013). Observa-se também o surgimento de novas culturas de relacionamento intergeracional e novas formas de apoio familiar nas trajetórias dos jovens e nos processos de transição para a vida adulta (Pais, 2001; Pappámikail, 2004). Por outro lado, os pais atualmente estão dispostos a apoiar os filhos por um período mais prolongado, estendendo sua função generativa, sem os problemas relacionais comumente associados à adolescência. Dentro da família, eles adotam uma postura participativa e mais igualitária com os filhos, compartilhando as representações de incerteza e insegurança em relação ao futuro entre as gerações (Pais, 2001).

À luz de uma perspectiva que contempla a realidade brasileira, é importante considerar que durante o período colonial, o Brasil foi influenciado pelos aspetos culturais portugueses. Entretanto, grande parte da cultura brasileira atual é resultado da integração de diversos povos, como indígenas, africanos, europeus (alemães, italianos, espanhóis) e asiáticos (japoneses, libaneses e sírios (Hofstede et. al, 2010). Neste sentido, existem algumas especificidades culturais que podem influenciar a forma como o conflito interparental afeta os filhos em Portugal e no Brasil, tanto em similaridades, quanto em disparidades. Não obstante a herança portuguesa e europeia, o Brasil pode ser também apresentado a partir da realidade dos países sul-americanos, que enfrentam grandes disparidades entre os segmentos ricos e pobres da sociedade, contexto este que torna evidente que a pobreza impõe sérias restrições às oportunidades de desenvolvimento, levando os jovens a assumir papéis e responsabilidades de adultos como forma de garantir a própria sobrevivência (e.g., Dutra-Thomé & Kolle, 2014; Galambos & Martínez, 2007). Camarano et. al, (2004) elucidam o comportamento comum entre os jovens brasileiros de se responsabilizarem pelo complemento da renda familiar, do cuidado com a família. Essa também é uma realidade presente no contexto dos jovens latino-americanos, uma vez que a cultura dessa região costuma valorizar mais o aspeto coletivista, havendo uma tendência a ter forte orientação familiar, valorizando muito o afeto oferecido, a segurança e o suporte emocional e financeiro dados pela família (Galambos & Martínez, 2007).

Do mesmo modo que os adultos emergentes do contexto português, os brasileiros têm investido bastante em educação e carreira, confrontando-se também com dificuldades na inserção num mercado de trabalho percebido como competitivo, inseguro e instável (Silveira, 2006). Assim, muitos optam por permanecer na casa dos pais a fim de manter um certo nível de conforto e status social (Henriques et al., 2004; Wendling & Wagner, 2005). Assim como na sociedade portuguesa, também parece haver vantagens mútuas na convivência prolongada, onde a família atua como um refúgio e principal fonte de apoio. Esse clima de desconfiança em relação às estruturas políticas fortalece ainda mais os laços familiares e relacionais (Facio & Micocci, 2003; Henriques et al., 2004; Pais, 2001).

Em suma, o efeito do conflito interparental nos filhos é um fenómeno universal que pode afetar a saúde e o bem-estar dos filhos, independente da cultura ou país em que vivem. No entanto, as especificidades culturais podem influenciar a forma como o conflito é percebido e afeta os filhos, ressaltando a importância de uma abordagem culturalmente sensível na compreensão e intervenção no problema. Pois, a conexão entre conflitos familiares e crenças sobre a violência não é linear, isto porque o comportamento humano é influenciado pelas experiências no contexto sociocultural mais alargado, que podem moldar a percepção de cada pessoa em relação ao conflito interparental (Fosco et al., 2007; Grych & Fincham, 1990). Estas diferenças podem influenciar não só a percepção que os adultos emergentes têm acerca do conflito interparental, como também as suas próprias reações a esse conflito. Logo, importa compreender se os processos explicativos da relação entre o conflito interparental e a qualidade da relação pais-filhos varia entre adultos emergentes portugueses e brasileiros.

O presente estudo

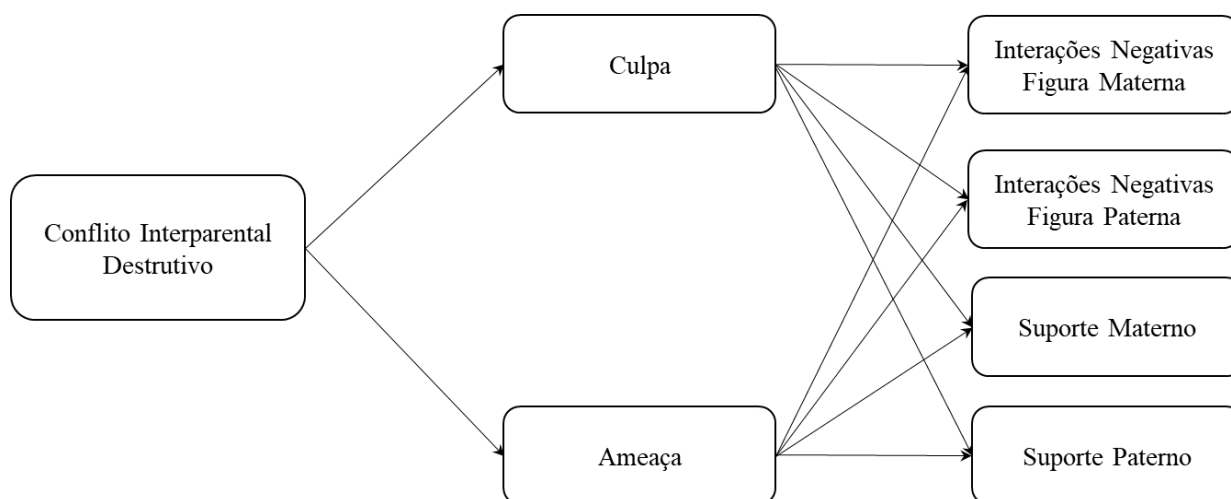
O presente projeto situa-se na temática da exposição ao conflito interparental e das suas consequências nos indivíduos, especificamente nos jovens em transição para a vida adulta (i.e., adultos emergentes), e focar-se-á na relação entre as experiências de adultos emergentes de exposição ao conflito e a sua percepção da qualidade da relação com os pais. A exposição ao conflito interparental destrutivo é um fator de risco para o funcionamento interpessoal dos indivíduos ao longo de toda a sua vida (Kumar & Mattanah, 2018). Com efeito, existe um corpo sólido na revisão de literatura sobre os efeitos do conflito interparental nos filhos longo das fases da vida (ou seja, infância, juventude, idade adulta) (e.g., Dorn & Schudlich, 2019; Silva & Calheiros, 2016; Zemp et al., 2016). Contudo, ainda pouco se sabe sobre as especificidades deste fenómeno nos adultos emergentes. Além disso, pouco se sabe acerca dos mecanismos que explicam esta associação. Neste sentido, com base na abordagem cognitivo-contextual

(Fosco et al., 2007; Grych & Fincham, 1990), este estudo visa analisar o potencial papel mediador da culpa e ameaça na relação entre a exposição ao conflito e a qualidade do relacionamento dos adultos emergentes com suas figuras parentais. Adicionalmente, dadas as diferenças culturais entre a população brasileira e a portuguesa nas dinâmicas familiares e sua possível influência no potencial papel das percepções de culpa e ameaça na relação entre conflito e qualidade das relações, iremos analisar o papel moderador da nacionalidade dos participantes no modelo de mediação proposto, a fim de esclarecer se e como essas associações podem ser condicionadas pela nacionalidade dos participantes.

Com base na revisão de literatura apresentada, hipotetizamos que: a exposição ao conflito está associada a níveis mais altos de percepção de interações negativas com as ambas as figuras parentais (H1); a exposição ao conflito interparental destrutivo está associada a níveis mais baixos de percepção de suporte das figuras parentais (H2); a exposição ao conflito está associada a maior culpa, que, por sua vez, está associado a níveis mais altos de interações negativas com as figuras parentais (H3) e menor percepção de suporte parental (H4); e a exposição ao conflito está associada a maior percepção de ameaça pelos adultos emergentes, que, por sua vez, está associado a níveis mais altos de interações negativas com as figuras parentais (H5) e a menor percepção de suporte parental (H6). Não obstante o potencial papel que as especificidades culturais de Portugal e do Brasil possam ter nos efeitos previamente hipotetizados, dada a ausência de evidência empírica que permita comparar o fenômeno em estudo nos dois países, não formulámos hipóteses relativas a possíveis efeitos indiretos condicionais. O modelo hipotetizado é apresentado na Figura 1. Além disso, uma vez que estudos anteriores mostraram que a percepção dos filhos acerca do conflito interparental varia com a idade (eg., Keepports & Pittman, 2017; Simon & Furman, 2010) e a frequência de contacto com as figuras parentais (e.g., Grych & Fincham, 1990; Fincham & Henriques, 2005; van Eldik et al, 2020) neste estudo, essas variáveis serão incluídas no modelo hipotético como variáveis de controlo.

Figura 1

Modelo de mediação das representações de culpa e de ameaça na relação entre o conflito interparental destrutivo e a perceção da relação com os pais.



Método

Participantes

Este estudo contou com a participação de 250 adultos emergentes, a maioria (79%) do género feminino, com idades compreendidas entre 18 e 25 anos ($M = 21.97$, $DP = 2.23$), dos quais 49% eram de nacionalidade portuguesa, 47% de nacionalidade brasileira, 1% participantes de outras nacionalidades (i.e., um de nacionalidade italiana e outro de nacionalidade romena), e 2% dos participantes não identificaram sua nacionalidade.

No que diz respeito aos participantes de nacionalidade portuguesa, a maioria é do género feminino (83%), do género masculino (15%), outro género (2%). A idade dos participantes variou de 18 a 25 anos, com a maioria (65%) entre 22 e 25 anos. No que se refere às habilitações académicas, 38% dos participantes tinha completado a licenciatura, 33% o ensino secundário, 19% o mestrado, 5% uma pós-graduação, 2% o bacharelado, 2% o terceiro ciclo e 1% tinha completado apenas o segundo ciclo. Em relação ao estatuto marital dos pais, para a grande maioria dos participantes (72%), os pais eram casados, 20% tinham pais divorciados, 5% tinham pai ou mãe viúvo/a, e para apenas 3% os viviam em união de facto.

Relativamente aos participantes de nacionalidade brasileira, a maioria é do género feminino (74%), do género masculino (23%), outro género (3%). A idade dos participantes variou de 18

a 25 anos, com a maioria (58%) entre 19 e 22 anos. No que se refere às habilitações académicas concluídas, a maioria (72%) tem o ensino secundário, 17% o bacharelado, 7% a licenciatura, 3% participantes o mestrado, e apenas 1% tem o primeiro ciclo. Em relação ao estatuto marital dos pais, para a maioria dos participantes (62%) os pais eram casados, 29% tinham pais divorciados, 5% tinham pais em união de facto e apenas 4% participantes tinham mãe ou pai viúva/o.

Instrumentos

Questionário sociodemográfico

O questionário sociodemográfico permitiu recolher informação acerca das características sociodemográficas dos participantes e dos seus pais/figuras parentais, nomeadamente: o género, a idade, o país de residência e a nacionalidade dos participantes, as habilitações académicas dos participantes e de ambos os pais, o estatuto marital dos pais, os coabitantes dos participantes, e, para os que não vivem no núcleo familiar de origem, com que idade deixou de viver com os pais, bem como a frequência com que convive eles.

Perceção do conflito interparental

Para avaliar as perceções dos adultos emergentes acerca do conflito interparental bem como as suas representações de culpa e ameaça relativamente ao conflito, foi utilizada a Escala de Perceção das Crianças sobre Conflito Interparental (Grych, et al., 1992) na sua versão portuguesa adaptada para adolescentes e adultos emergentes (Moura et al., 2010). A Escala é composta por 48 itens organizados em 3 dimensões: Propriedades do Conflito, Ameaça e Culpa. A dimensão Propriedades do Conflito é composta por 19 itens que avaliam seguintes características do conflito interparental: a frequência (e.g., “Eu vejo frequentemente os meus pais a discutir.”), a intensidade (e.g., “Os meus pais raramente falam alto quando estão a discutir.”), a resolução (e.g., “Os meus pais discutem, mas depois fazem as pazes.”). A dimensão Ameaça inclui 12 itens que avaliam em que medida os participantes se sentem ameaçados pelo conflito interparental (e.g., “Eu fico assustado/a quando os meus pais discutem.”), e se sentem capazes de lidar com o conflito quando ele ocorre (e.g., “Quando os meus pais discutem, eu sei que posso fazer algo para me sentir melhor.”). Finalmente, a dimensão Culpa é composta por nove itens que avaliam o grau em que os indivíduos se culpabilizam pelo conflito entre os pais (e.g., “Os meus pais geralmente discutem por minha causa.”), bem como a frequência dos conflitos relacionados com eles os próprios (e.g., “Os meus pais geralmente discutem por coisas que eu fiz.”). Os participantes avaliaram sua

concordância com cada item, numa escala de 6 pontos, de 1 (i.e., discordo totalmente) a 6 (i.e., concordo totalmente). Neste estudo, os participantes foram instruídos a responder com referência às relações dos seus pais e não foi feita qualquer menção especial à infância ou a qualquer outro período de tempo. Os alfas de Cronbach obtidos para a presente amostra para as dimensões Propriedades do Conflito, Percepção de Ameaça e Percepção de culpa foram, respetivamente, .94, .84, e .87.

Percepção da relação pais-filhos

Para avaliar a qualidade das relações com os pais/figuras parentais, foi utilizada a adaptação portuguesa do *Network of Relationships Inventory* – Versão das Provisões Sociais (NRI-SPV; Furman & Buhrmester, 1985; Silva & Calheiros, 2018), na sua versão reduzida. Este instrumento é composto por 13 itens concebidos para avaliar a percepção dos indivíduos acerca da sua relação com pessoas significativas (e.g., pais), numa escala de cinco pontos, de 1 (i.e., nada/nunca) a 5 (i.e., muito/quase sempre). Neste estudo, foi pedido aos participantes que indicassem em que medida cada item descrevia a sua relação quer com a sua mãe/figura materna quer com o seu pai/figura paterna. Os 13 itens que compõem este instrumento estão organizados em duas dimensões: Suporte (e.g., *Até que ponto é que acha que esta pessoa realmente se preocupa consigo?*; *Até que ponto é que acha que esta relação se vai manter aconteça o que acontecer?*) e Interações Negativas (e.g., *Até que ponto é que tu e esta pessoa se chateiam ou se zangam uma com a outra?*; *Até que ponto é que tu e esta pessoa se irritam uma com a outra?*). Na presente amostra, os alfas de Cronbach para as dimensões de suporte e interações negativas foram respetivamente de .86 e .94 para a relação com a mãe e de .90 e .96 para a relação com o pai.

Procedimento

Para este projeto de investigação, foi desenvolvido um estudo correlacional transversal com recurso a instrumentos de autorrelato. De modo a mais facilmente aceder a uma amostra que nos permitisse testar os modelos necessários para responder aos objetivos, bem como viabilizar a participação no estudo, os dados foram recolhidos através de um inquérito online através da plataforma Qualtrics.com em língua portuguesa em que os procedimentos de amostragem são compatíveis com uma amostragem por conveniência (não probabilística).

Após aprovação do estudo pela comissão de ética do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (parecer 51/2022), os participantes foram recrutados através da divulgação do estudo em redes sociais (e.g., Facebook, Instagram, WhatsApp), e via e-mail. Esta divulgação

consistiu na apresentação de um convite à participação, elaborado a com os seguintes elementos: o objetivo geral do estudo, os critérios de participação, e um link de acesso ao inquérito. Ao aceder ao inquérito online, foi apresentado aos participantes o termo de consentimento informado, com o objetivo geral do estudo, o incentivo à participação, a natureza voluntária e anónima do estudo, os eventuais riscos associados à participação, os contactos dos investigadores e a duração aproximada para o tempo de participação (20 minutos). As publicações apresentam também os critérios de participação (adultos emergentes com idades entre 18 e 25 anos), bem como um link para aceder ao questionário online.

Ao aceder o questionário online, os participantes foram informados de que o seu contributo era confidencial e voluntário, que qualquer informação de identificação não seria anexada aos seus dados, que as respostas não eram obrigatórias e que poderiam desistir do estudo a qualquer momento fechando a guia de pesquisa.

Análise dos dados

As análises iniciais incluíram estatísticas descritivas e correlações bivariadas entre as variáveis do estudo. Todas as variáveis compósitas foram calculadas por média ou soma seus respetivos itens, com exceção das variáveis nacionalidade, género, idade, frequência de contacto com os pais, e vive com os pais (sim ou não).

Para se analisar o papel mediador da culpa e da ameaça na associação entre conflito interparental e percepção de interações negativas e de suporte com as figuras parentais, foi testado um modelo de mediação múltipla com recurso à macro PROCESS (v. 4.2) para SPSS (Hayes, 2022), usando-se o Modelo 4. Para testar os efeitos indiretos, foram usados intervalos de confiança bootstrap de 95%, com base em 5.000 reamostragens de bootstrap (Hayes, 2018). As variáveis idade dos adultos emergentes e a frequência de contacto com as figuras parentais foram incluídas no modelo como covariáveis, com base nos resultados da análise de correlações bivariadas e na literatura prévia (e.g., Kinsfogel & Grych, 2004; Monk et al., 2014; Shulman & Connolly, 2013).

Finalmente, para examinar o papel moderador da nacionalidade nas percepções de ameaça e culpa dos adultos emergentes nas interações negativas com as figuras parentais, foi testado um modelo de mediação moderada. O objetivo desta análise foi averiguar se o efeito indireto da exposição ao conflito interparental destrutivo na percepção dos adultos emergentes acerca da sua relação com os pais, através das suas representações de culpa e ameaça, eram condicionais à sua nacionalidade. Ou seja, averiguar se esses efeitos eram significativamente diferentes entre os adultos emergentes portugueses e os brasileiros. O modelo de mediação

moderada foi testado através da macro PROCESS (v. 4.2) ara SPSS (Hayes, 2018), aplicando-se o Modelo 59. Portanto, o modelo de mediação múltipla descrito anteriormente foi testado, especificando-se a nacionalidade dos participantes como moderadora em todas as trajetórias modelo: 1) associações entre o conflito interparental e as representações de culpa e ameaça; 2) associações entre as representações de culpa e ameaça e as dimensões da percepção dos adultos emergentes acerca da sua relação com ambos os pais; e 3) associações entre o conflito interparental e essas dimensões da percepção da relação pais-filhos. O método bootstrap foi utilizado para testar a significância dos efeitos diretos e indiretos condicionais à nacionalidade (Hayes, 2022). Para tal, foram utilizadas 5.000 reamostragens bootstrap e a significância foi determinada com base em intervalos de confiança de 95% (Hayes & Preacher, 2010).

Resultados

Estatísticas descritivas e correlações bivariadas

As médias, desvios padrão e correlações das variáveis do estudo são apresentadas na Tabela 1. Quanto às correlações significativas encontradas, os dados revelam uma correlação positiva entre o conflito interparental destrutivo e a culpa, a ameaça, as interações negativas com a figura materna e paterna, e uma correlação negativa entre a exposição ao conflito interparental destrutivo e a percepção de suporte por parte da figura materna e paterna. A percepção de culpa e a percepção de ameaça estão positivamente correlacionadas entre si bem como com a percepção de interações negativas com a figura materna e paterna, e negativamente correlacionada com a percepção de suporte pela figura materna e paterna. Ou seja, quanto maior a percepção de conflito interparental destrutivo, de culpa e de ameaça, maior é a percepção de interações negativas e menor o suporte percebido pelos adultos emergentes na sua relação com ambas as figuras parentais. A percepção de interações negativas com cada uma das figuras parentais estão positivamente correlacionadas entre si. O mesmo se observa para a percepção de suporte por parte de ambas as figuras. As interações negativas com a mãe estão negativamente correlacionadas com a percepção de suporte materno. De modo semelhante, as interações negativas com o pai também estão negativamente correlacionadas com a percepção de suporte paterno.

Tabela 1.*Estatísticas descritivas e correlações bivariadas entre as variáveis do modelo.*

	<i>M</i>	<i>SD</i>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1. Nacionalidade ¹⁾	.51	.50	-										
2. Género ²⁾	.20	.40	-.11	-									
3. Idade	21.97	2.23	.11	-.01	-								
4. Frequência de contacto com os pais	7.24	1.26	.20**	-.12	-.04	-							
5. Vive com os pais Sim/Não ³⁾	.60	.48	.23**	-.05	-.11	.50**	-						
6. Conflito	3.51	1.09	-.23**	-.01	-.18**	-.20**	.01	-					
7. Culpa	2.26	.97	-.19**	-.04	-.19**	-.26**	-.09	.35**	-				
8. Ameaça	3.34	1.04	-.15*	-.08	-.19**	-.17**	.08	.69**	.42**	-			
9. Interações Negativas (Mãe)	2.93	.92	-.62	-.05	-.05	-.09	.09	.34**	.26**	.31**	-		
10. Interações Negativas (Pai)	2.60	1.06	-.14*	.12	-.04	.02	-.01	.26**	.23**	.16*	.19**	-	
11. Suporte (Mãe)	3.85	.79	.11	.02	.09	.27**	.07	-.23**	-.19**	-.22**	-.29**	.10	-
12. Suporte (Pai)	3.31	.95	.16*	-.01	.16*	.14*	.02	-.39**	-.18**	-.24**	.01	-.24**	.31**

Nota. * $p < .05$ ** $p < .01$ *M* = Média, *SD* = Desvio padrão

¹⁾ Nacionalidade: 1 - Portugueses e 0 - Brasileiros e a proporção de portugueses é a reportada.

²⁾ Género: 1 - Masculino e 0 - Feminino e a proporção de homens é a reportada.

³⁾ Vive com os pais Sim/Não: 1 - 'Sim' e 0 - 'Não' e a proporção de 'Sim' é a reportada.

Relativamente às covariáveis, a idade está negativamente correlacionada com a percepção de conflito interparental destrutivo, de culpa e de ameaça, e positivamente correlacionada com a percepção de suporte paterno. Ou seja, quanto maior a idade, menor a percepção de conflito interparental destrutivo, de culpa e de ameaça, e maior o suporte paterno percebido. A frequência de contacto com os pais apresentou uma correlação positiva e com a coabitação com os pais, e com o suporte materno e paterno percebido, e uma correlação negativa com a percepção de conflito interparental destrutivo, de ameaça e de culpa. Ou seja, quanto maior a frequência de contacto com os pais, maiores são as percepções dos adultos emergentes de suporte por parte das figuras parentais, e menor a percepção de conflito interparental destrutivo, de culpa e de ameaça.

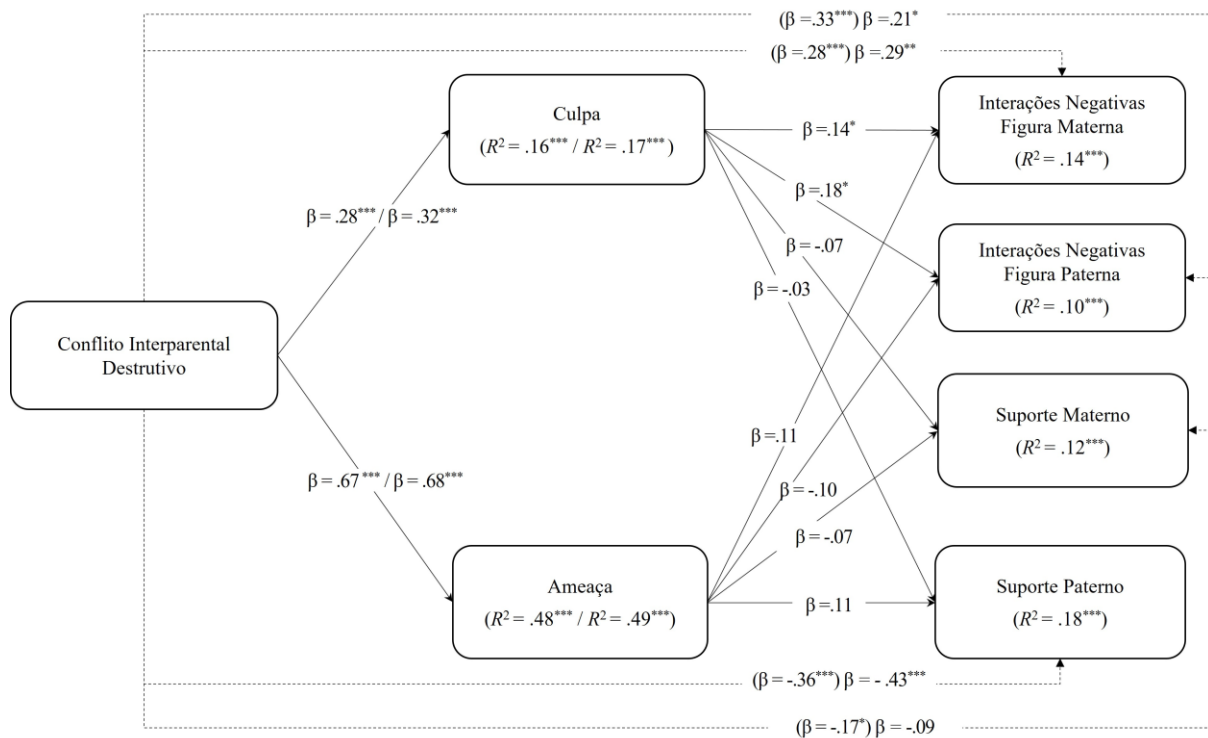
Modelo de Mediação

Conforme ilustrado na Figura 2, controlando-se os efeitos da idade dos participantes e da frequência de contactos os pais, os resultados revelaram um efeito significativo positivo do conflito interparental destrutivo nas percepções de culpa, e de ameaça, dos adultos emergentes em relação ao conflito interparental. Ou seja, níveis mais elevados de conflito percebido pelos adultos emergentes, maior a percepção de culpa e de ameaça. Foram também observados efeitos significativos positivos da percepção de culpa na percepção de interações negativas com ambas as figuras parentais. Por outras palavras, quando maior a percepção de culpa dos adultos emergentes face ao conflito interparental, maior a percepção de interações negativas com ambos os pais.

Quanto aos efeitos indiretos, os resultados mostraram um efeito indireto significativo positivo do conflito na percepção de interações negativas quer com a mãe, $\beta = .04$, $EP = .02$, $CI\ 95\% = .001, .090$, quer com o pai, $\beta = .06$, $EP = .03$, $CI\ 95\% = .00, .12$, através da percepção de culpa. Por outras palavras, níveis mais elevados de conflito percebido estão associados a níveis mais elevados de percepção de culpa pelo conflito entre os pais, que, por sua vez estão associadas a níveis mais elevados de interações negativas percebidas na relação quer com a mãe quer com o pai. Relativamente à percepção de suporte materno, os resultados não revelaram efeitos significativos nem do conflito nem das percepções de culpa e de ameaça. Quanto à percepção de suporte paterno, os resultados mostraram apenas um efeito direto significativo do conflito (Figura 2).

Figura 2

Resultados do modelo de mediação



Nota. Os coeficientes entre parenteses referem-se aos efeitos totais do conflito interparental nas dimensões de percepção da relação pais-filhos. Os efeitos diretos são apresentados ao lado dos efeitos totais. * $p < .05$ ** $p < .01$ *** $p < .001$.

Em relação às covariáveis, observou-se um efeito negativo da idade, $\beta = -.14$ $EP = .03$, $p = .03$, e da frequência de contacto com os pais, $\beta = -.18$, $EP = .05$, $p = .00$, nas representações de culpa, indicando que, quanto maior a idade e menor a frequência de contacto com os pais, menor o nível de representações de culpa face ao conflito interparental.

Modelo de Mediação Moderada

Os resultados do modelo de mediação moderada evidenciaram o papel moderador significativo da nacionalidade, relevando efeitos indiretos condicionais da percepção do conflito na percepção de interações negativas e na percepção de suporte na relação com a mãe. Especificamente, observou-se um efeito indireto positivo do conflito interparental percebido na percepção de interações negativas com a mãe através da percepção de culpa apenas para os adultos emergentes portugueses, $B = .09$, $EP = .04$, 95 % CI: .021, .180, e através da percepção de ameaça apenas para os adultos emergentes brasileiros, $B = .22$, $EP = .11$, 95 % CI: .078,

.360. Ou seja, apenas para os adultos emergentes portugueses, uma maior percepção de conflito interpaparental destrutivo estava associada a uma maior percepção de culpa que, por sua vez, estava associada a uma maior percepção interações negativas com a mãe. Por outro lado, apenas para os adultos emergentes brasileiros, uma maior percepção de conflito interpaparental destrutivo estava associada a uma maior percepção de ameaça, por sua vez, estava associada a uma maior percepção interações negativas com a mãe.

Estes efeitos indiretos condicionais ocorreram pelo efeito de moderação da nacionalidade na associação as percepções de culpa e ameaça e percepção de interações negativas na relação com a mãe. Para fins descritivos, apresentam-se estas diferentes associações separadamente para os participantes portugueses e brasileiros. Os testes de declive simples mostraram que apenas para os adultos emergentes portugueses, a percepção de culpa estava associada à percepção de interações negativas com a mãe, $B = .33$, $SE = .11$; 95% CI: .121, .546 (Fig. 3), e apenas para os adultos emergentes brasileiros, a percepção de ameaça estava associada à percepção de interações negativas com a mãe, $B = .36$, $SE = .11$; 95% CI: .141, .570 (Fig. 4).

Figura 3

Efeito das interações negativas com a figura materna na percepção da culpa

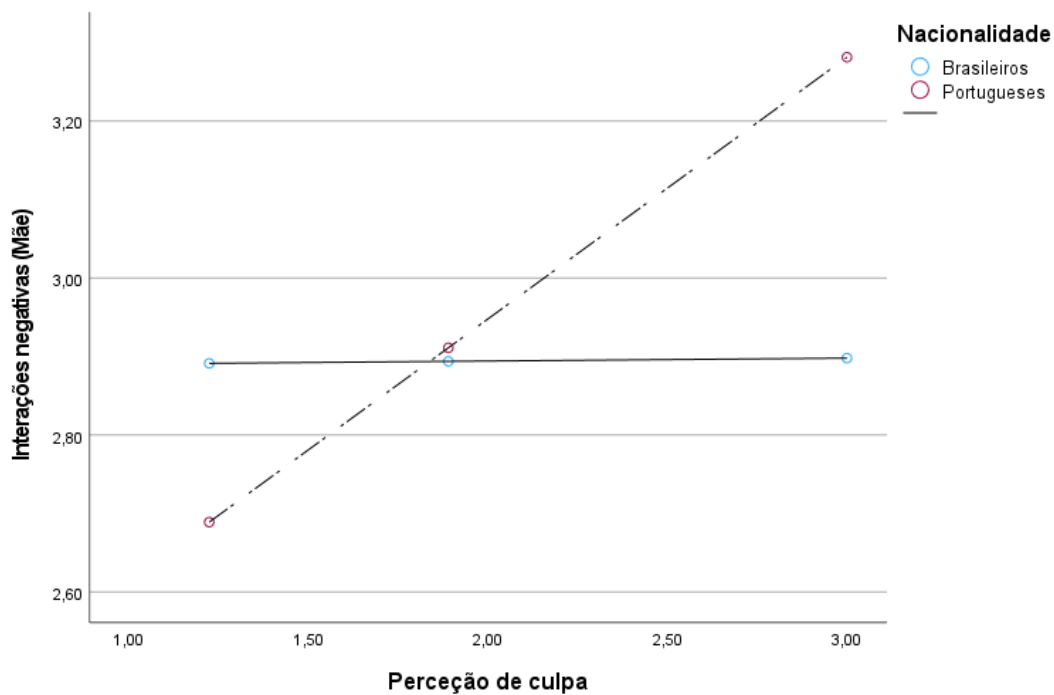
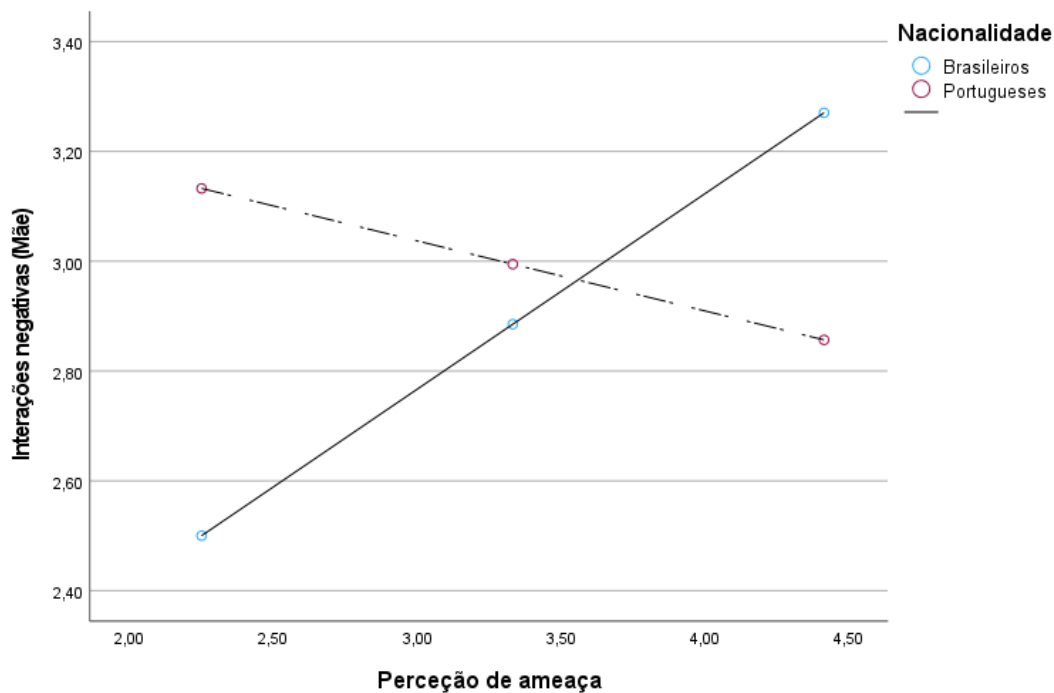


Figura 4

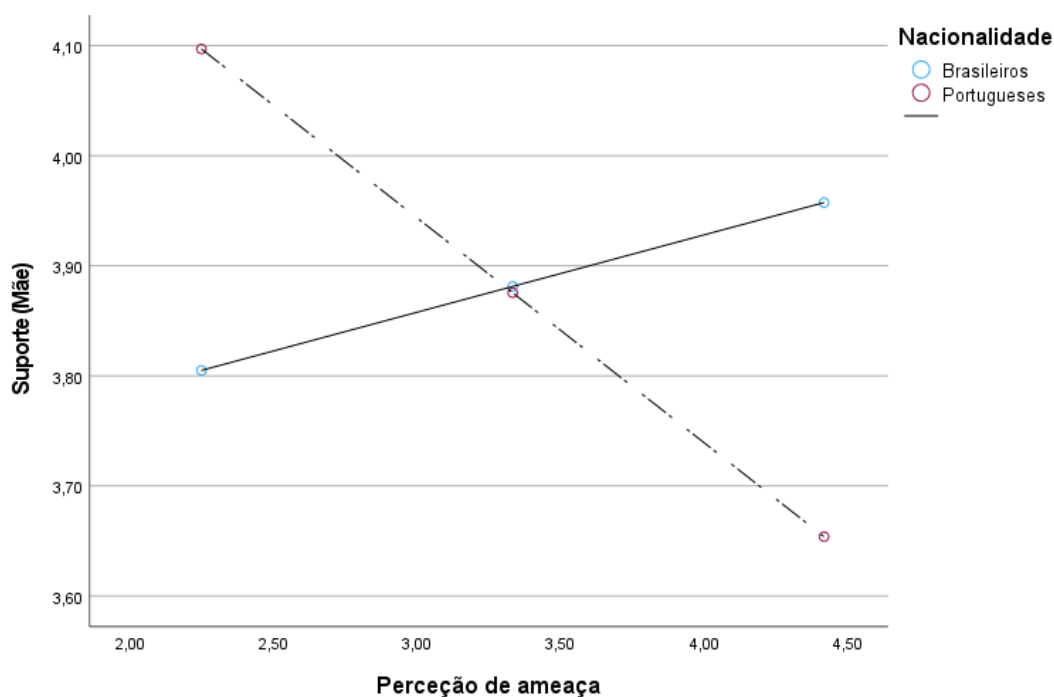
Efeito das interações negativas com a figura materna na percepção da ameaça



Observou-se ainda um efeito indireto negativo do conflito interparental percebido na percepção de suporte na relação com a mãe interações negativas com a mãe através da percepção de ameaça apenas para os adultos emergentes portugueses, $B = -14$, $EP = .06$, 95 % 95% CI: $-.271$, $-.018$. Ou seja, apenas para os adultos emergentes portugueses, uma maior percepção de conflito interparental destrutivo estava associada a uma maior percepção de ameaça que, por sua vez, estava associada a uma menor percepção de suporte na relação com a mãe. Este efeito indireto condicionais ocorreu pelo efeito de moderação da nacionalidade na associação a percepção de ameaça e a percepção de suporte na relação com a mãe. Para fins descritivos, apresenta-se esta associação separadamente para os participantes portugueses e brasileiros. Os testes de declive simples mostraram que apenas para os adultos emergentes portugueses, a percepção de ameaça estava negativamente associada à percepção de suporte na relação com a mãe, $B = -20$, $SE = .10$; 95% CI: $-.392$, $-.017$ (Fig. 5).

Figura 5

Efeito do suporte da figura materna na percepção de ameaça.



Discussão

A exposição ao conflito interparental destrutivo tem sido concetualizada como um fator de risco para o funcionamento psicossocial dos indivíduos ao longo de toda a sua vida (e.g., Goeke-Morey et al., 2013; Holahan et al., 1994; Lucas-Thompson & Hostinar, 2013; Kumar & Mattanah, 2018). No entanto, são necessárias evidências sobre as características dos processos específicos que explicam a relação entre o conflito interparental e a qualidade da relação dos pais e dos filhos e os mecanismos subjacentes a essa associação, especificamente na idade adulta emergente. Este estudo teve como objetivo expandir as evidências existentes sobre as associações entre a exposição ao conflito interparental destrutivo e a qualidade do relacionamento dos adultos emergentes com as suas figuras parentais, examinando o papel da culpa e ameaça como potenciais mediadores dessa relação.

Suportando a H1, este estudo revelou que os adultos emergentes com níveis mais altos de exposição ao conflito relataram maiores níveis de interações negativas com as figuras parentais. No que diz respeito à H2, em contraste com a literatura existente (Buehler et al. 1997), os resultados mostraram apenas um efeito direto negativo significativo do conflito na

percepção de suporte paterno. Essa descoberta é consistente com estudos anteriores em que indivíduos com histórias de exposição a formas destrutivas de conflito apresentam dificuldades ao nível das suas relações familiares (e.g., Goeke-Morey et al., 2013; Holahan et al., 1994; Lucas-Thompson & Hostinar, 2013). Especificamente, estudos anteriores têm mostrado que o conflito interparental afeta diretamente a qualidade das relações pais-filhos (e.g., Bradford & Barber, 2005; Buckhalt et al., 2009; Cummings et al., 2009; Gao et al., 2019; Kopystynska et al., 2020; Kouros et al., 2014). Com efeito, com base na hipótese de *spillover*, o conflito interparental estrutura-se como um processo de extravasamento da qualidade da relação conjugal dos pais para a parentalidade e vice-versa (Erel & Burman, 1995). De acordo com Amato e Affifi (2006), o conflito parental afeta negativamente as relações pais-filhos, em parte devido à percepção que os filhos têm de estarem imersos na situação de conflito interparental.

Suportando a H3, os resultados mostraram que níveis mais elevados de exposição ao conflito estavam associados a níveis mais elevados de percepção de culpa dos adultos emergentes, que por sua vez estava associada a níveis mais altos de interações negativas com as figuras parentais. Isso está de acordo com pesquisas anteriores que indicam que a exposição aos conflitos interparentais podem levar ao surgimento de sentimentos de culpa, ameaça e a uma diminuição da autoestima como resultado de um estado emocional negativo, afetando o sentimento de segurança emocional (e.g., Buehler & Welsh, 2009; Ellis & Boyan, 2010; Grych, Raynor & Fosco, 2004; Mota & Matos, 2013; Nigg et al., 2009). Adicionalmente, a culpa pode levar os filhos a acreditarem que são responsáveis por resolver ou prevenir os conflitos entre os pais, especialmente quando os temas das discussões estão relacionados a eles (Grych & Fincham, 1990). Relativamente à H4, ao contrário do que foi hipotetizado, não se observou um papel mediador das percepções de culpa e de ameaça na relação entre conflito e percepção de suporte parental. Este resultado sugere que a culpa e a ameaça são fatores de risco não específico, mas não são necessariamente um determinante para o suporte.

Finalmente, suportando a H5, observou-se uma associação positiva entre a exposição ao conflito e a percepção de ameaça dos adultos emergentes, que, por sua vez, estava associada a níveis mais altos de interações negativas com as figuras parentais. Os resultados obtidos estão em consonância com o estudo de Grych & Fincham (1990), que identificou que a exposição ao conflito interparental leva os filhos a se sentirem significativamente mais ameaçados e incapazes de lidar com os desentendimentos entre os pais. Supõe-se que, quando um estressor aumenta a percepção de ameaça à segurança pessoal ou à responsabilidade individual, isso pode tornar o indivíduo mais sensível, contribuindo para o surgimento de pensamentos e emoções negativas intensas, bem como uma turbulência interna significativa (Grych et al., 2003). Em

geral, é reconhecido que o impacto do conflito interpaparental é amplificado quando os filhos percebem essa situação como uma ameaça tanto para si mesmos quanto para seus pais (Grych & Fincham, 1990). (fazer ponte com interações negativas – reflete-se de forma negativa na qualidade da relação). Quanto à H6, também ao contrário do que era esperado, não se observaram efeitos indiretos significativos do conflito interpaparental na percepção de suporte através das representações de culpa e de ameaça.

Em relação às covariáveis, observou-se uma associação negativa da idade e da frequência de contacto com os pais na percepção de culpa, indicando que quanto mais velhos os adultos emergentes e quanto maior a frequência de contacto com os pais, menor é a probabilidade de eles se atribuírem culpa pelo conflito interpaparental. Os resultados mostraram ainda uma associação positiva entre a frequência de contacto com os pais e a percepção de suporte na relação com a figura materna. Ou seja, quanto mais frequente o contacto com os pais, maior o suporte materno percebido.

A associação negativa entre a idade e a percepção de culpa pode ser explicada com base em estudos anteriores que indicam que, à medida que as pessoas amadurecem, a percepção do conflito passa a desempenhar um papel mais central na previsão de resultados comportamentais, considerando o aumento das capacidades cognitivas (Grych & Fincham, 1990). Mais especificamente, os adultos emergentes possuem habilidades cognitivas mais desenvolvidas em comparação com as crianças e adolescentes, permitindo que percebam formas menos óbvias de conflito, além de conseguirem discernir melhor o seu papel no conflito, possivelmente atribuindo menos culpa a si mesmos.

No que diz respeito à associação negativa entre ao impacto da frequência de contacto com as figuras parentais na percepção de culpa dos adultos emergentes, este resultado poderá ser explicado pelo aumento da sua familiarização com as dinâmicas familiares ao longo do tempo. A convivência mais frequente com os pais possibilita que ambas as partes compreendam melhor as subtilezas e a complexidades dos fatores individuais de cada um, assim como da dinâmica familiar como um todo. Quanto à associação positiva entre a frequência de contato dos adultos emergentes com os pais e as suas percepções de suporte na relação com a mãe, este resultado pode ser enquadrado na literatura acerca das especificidades das relações pais-filhos nesta fase do desenvolvimento. Com efeito, ainda que a adultícia emergente se caracterize pela ocorrência de conflitos normativos com os pais decorrentes dos desafios que o processo de transição para a vida adulta impõe a ambas as partes (Newman & Newman, 2014), a negociação torna-se parte fundamental da relação entre pais e filhos, em detrimento da autoridade e do estabelecimento de uma rígida hierarquia (Ponciano & Carneiro,

2014). Ou seja, uma relação com perspectivas mais horizontais aumenta a frequência de contacto e a percepção de suporte. Neste contexto relacional, quando os adultos emergentes mantêm um contato mais frequente com os seus pais, é mais provável que percecionem um nível mais elevado de suporte na relação com a mãe.

Tomados em conjunto, os resultados deste estudo mostraram que mesmo níveis baixos a moderados de exposição ao conflito predizem significativamente interações negativas com as figuras parentais em adultos emergentes, e que mesmo níveis relativamente baixos a culpa e a ameaça mediam essa associação. Estes resultados enfatizam, assim, a relevância de se investigar tais processos para aumentar a nossa compreensão sobre como interromper essa cadeia de efeitos prejudiciais.

Os resultados derivados da análise de mediação moderada destacam a relevância do papel moderador da nacionalidade na relação entre a percepção do conflito interparental destrutivo e a percepção de interações negativas e de suporte na relação com a figura materna, através das percepções de culpa e de ameaça. Especificamente, ao comparar os grupos de participantes portugueses e brasileiros, foi constatado que a associação entre a exposição ao conflito interparental e as interações negativas com a figura materna foi mediada pelas representações de culpa apenas nos participantes portugueses e pelas representações de ameaça apenas nos participantes brasileiros. Ou seja, para os adultos emergentes portugueses uma maior percepção de conflito estava associada a uma maior percepção de culpa, que, por sua vez, se associava a uma maior percepção de interações negativas com a figura materna. Já para os adultos emergentes brasileiros, uma maior percepção de conflito interparental destrutivo estava associada a uma maior percepção de ameaça, que, por sua vez, estava associada a uma maior percepção de interações negativas com a figura materna. Ademais, foi observado um efeito indireto negativo do conflito interparental percebido na percepção de suporte na relação com a figura materna através das representações de ameaça, mas apenas nos adultos emergentes portugueses. Ou seja, níveis mais elevados de conflito interparental percebido estavam associados a uma maior percepção de ameaça, que, por sua vez, estava associada a uma menor percepção de suporte na relação com a figura materna.

Estes resultados destacam, assim, a importância de se considerar as influências culturais e contextuais na compreensão das dinâmicas familiares e das suas consequências. Mais especificamente, os resultados apontam para uma possível influência das diferenças culturais na forma como os adultos emergentes interpretam e internalizam o conflito interparental, o que pode ter implicações significativas para a qualidade da sua relação com os pais. Isto vai ao encontro de estudos anteriores que identificaram que comportamentos culturais e as maneiras

pelas quais as atividades humanas específicas são influenciadas por similaridades e diferenças individuais em grupos culturais e etnoculturais diversos com foco em variáveis biológicas, ecológicas, socioculturais e psicológicas (Berry et. al, 2011; Lonner, 2019; Segall et al., 1990; Shiraev & Levy, 2016). Essa análise é também consistente com a literatura que salienta a relevância de fatores culturais como moderadores nas relações familiares (e.g., Aquilino, 2006; Brandão et al., 2012; Crocetti & Meeus, 2014; Mendonça et. al, 2009; Facio & Micocci, 2003; Taylor & Oskay, 1995), visto que as percepções e consequentes comportamentos em face do conflito parental podem variar significativamente entre diferentes contextos culturais. Portanto, essa mediação moderada pela nacionalidade implica que as intervenções e políticas de apoio à família devem ser sensíveis e adaptadas às particularidades culturais dos indivíduos envolvidos.

No presente estudo, a associação entre a exposição ao conflito interparental e as interações negativas com a figura materna, mediada pelas representações de culpa nos adultos emergentes portugueses, poderá ser explicada pela sociedade ainda marcada pelo obscurantismo do período da ditadura em Portugal, mais especificamente pelas suas consequências numa faixa-etária constituída por pessoas que não têm memórias próprias destes eventos, mas que cresceram envoltos nas narrativas desse período histórico sem delas terem sido testemunhas. Com efeito, Portugal viveu sob um regime político ditatorial durante 41 anos, marcado por restrições rígidas à liberdade e expressão individuais. Tratava-se de um regime autoritário e conservador de inspiração católica e tradicionalista, caracterizado pela instigação de culpa pelo não cumprimento escrupuloso das regras sociais impostas e por desvios aos valores tradicionais e religiosos. A longevidade deste regime poderá explicar uma maior tendência para a escrupulosidade na cultura portuguesa, e, assim, para uma maior saliência da das representações de auto-culpabilização como reação ao conflito interparental.

Já o papel mediador das percepções de ameaça na associação entre a exposição ao conflito interparental e as interações negativas com a figura materna nos adultos emergentes brasileiros poderá ser explicada pela significativa herança autoritária da sociedade brasileira que evidencia a falta de resolução adequada de sua relação com o passado, especialmente devido à ausência de um debate democrático suficiente sobre a questão da escravidão. No contexto atual, podemos identificar como fator explicativo o caráter crônico dos problemas familiares relacionados com a manutenção das hierarquias e as disputas de poder na resolução de desacordos no dia a dia, recorrentes neste contexto. A dificuldade encontrada associando-se a uma comunicação deficiente, à escassa disponibilidade de atenção e à aplicação de soluções simplistas por parte dos pais diante das dificuldades e compromissos cotidianos. Isso resulta

em um ciclo contínuo de relações dependentes. A abordagem dualista dos conflitos, com reações intensas e rápidas sem reflexão adequada, acaba agravando e ampliando os desentendimentos e situações de ameaça (e.g., Toloï, 2006).

Não obstante estas considerações, cabe ressaltar que, dada a ausência de estudos prévios focados em explorar diferenças culturais entre Portugal e o Brasil nas dinâmicas familiares e nos mecanismos das consequências do conflito interparental na relação pais-filhos, serão necessárias investigações adicionais para aprofundar a compreensão destes processos e que permitam conclusões mais robustas acerca das suas especificidades culturais. Além disso, é fundamental considerar a possível influência de outras variáveis relevantes para a compreensão dessas relações complexas e multifacetadas, a fim de se obter uma compreensão mais completa destas dinâmicas familiares.

Limitações e Pontos Fortes

Embora o estudo tenha apresentado uma valiosa contribuição para a literatura nesta área, é imprescindível destacar algumas limitações importantes. A principal delas reside na natureza transversal da pesquisa, a qual impossibilita uma análise das relações temporais entre as variáveis investigadas e, por conseguinte, restringe a possibilidade de inferir relações causais entre elas. Contudo, é válido mencionar que a ampla quantidade de evidências existentes que corrobora o papel mediador da culpa e da ameaça nos efeitos do conflito, bem como nos resultados das interações negativas com as figuras parentais em adultos emergentes, sugere que a direção dos efeitos hipotetizados neste estudo é plausível. Todavia, é de suma importância que futuras pesquisas adotem desenhos longitudinais para fornecer evidências mais robustas acerca da direção desses efeitos hipotetizados no presente estudo.

Ademais, o presente estudo não descarta a possibilidade de haver variação nos resultados devido ao método empregado e ao informante utilizado, uma vez que a exclusiva utilização dos relatos dos adultos emergentes pode ter influenciado as relações entre as variáveis incluídas nos modelos analíticos. Nesse contexto, é crucial que pesquisas futuras busquem replicar tais descobertas por meio da aplicação de questionários a múltiplos informantes (por exemplo, obtenção dos relatos dos pais sobre o conflito interparental), emprego de múltiplos métodos (como observações das interações familiares) e adoção de uma amostra mais representativa, a fim de abranger grupos mais heterogêneos (por exemplo, realizando a aplicação dos questionários presencialmente em diferentes regiões do Brasil e de Portugal).

Adicionalmente, convém salientar que a amostra utilizada neste estudo apresenta uma discrepância entre o número de participantes do género masculino e feminino. Portanto, é imprescindível que pesquisas futuras envidem esforços mais eficazes para garantir uma participação equilibrada de ambos os sexos, podendo, por exemplo, recorrer a plataformas específicas (como grupos masculinos no Facebook) como meio para assegurar a precisão dos resultados das investigações.

Não obstante essas limitações, as descobertas desta investigação contribuem significativamente para o acervo científico acerca do papel da culpa e da ameaça nas experiências de interação negativa com figuras parentais, em relação à associação entre a exposição ao conflito interparental destrutivo e o desenvolvimento na fase adulta emergente, levando em conta a variável nacionalidade. Ademais, em relação à diversidade cultural e considerando a escassez de pesquisas abordando este tema em Portugal, este estudo também acrescenta uma perspectiva transcultural ao corpo de literatura já existente nesta área, fornecendo evidências a partir de uma amostra composta por adultos emergentes de nacionalidade portuguesa e brasileira.

Implicações para a Prática

O presente estudo surge da necessidade de aprofundar o conhecimento acerca dos efeitos do conflito interparental, de modo a melhor desenvolver não só práticas de intervenção clínica centradas na perceção dos adultos emergentes sobre o conflito e o modo como este atua sobre a sua compreensão do relacionamento que constroem com as suas figuras parentais, mas também programas de prevenção e intervenção em amostras comunitárias e clínicas.

Os resultados do presente estudo sublinham a importância de uma intervenção com o objetivo de prevenir conflitos interparentais destrutivos, dados os seus efeitos negativos no desenvolvimento psicossocial dos filhos ao longo de toda a sua vida (e.g., Goeke-Morey et al., 2013; Holahan et al., 1994; Lucas-Thompson & Hostinar, 2013; Kumar & Mattanah, 2018). Uma recente meta-análise conduzida por van Eldik et al. (2020) evidenciou que a maior parte das associações entre a dinâmica interparental e o funcionamento dos filhos permaneceram ao longo do tempo. Em conformidade com esta constatação, os nossos resultados corroboram o consenso crescente de que iniciativas de prevenção e intervenção voltadas para a diminuição do conflito interparental destrutivo são fundamentais.

Neste estudo, assim como verificado em investigações anteriores (e.g., Lonner, 2019; Segall et al., 1990; Berry et. al, 2011; Shiraev, & Levy, 2016), foi possível identificar que é imprescindível considerar as influências culturais nas dinâmicas familiares e suas implicações

psicossociais. Este estudo revelou diferenças significativas entre os grupos de participantes portugueses e brasileiros, sugerindo que fatores culturais podem exercer um papel determinante na forma como os indivíduos percebem e lidam com o conflito interpaparental. Essa evidência enfatiza a necessidade de abordagens culturalmente adequadas e personalizadas para atender às diversas implicações do conflito interpaparental nos diferentes contextos culturais.

Conclusão

Com base na discussão aprofundada dos resultados obtidos neste estudo, é possível tirar conclusões significativas sobre a influência da exposição ao conflito interpaparental destrutivo nas percepções dos adultos emergentes em relação às suas figuras parentais. Em primeiro lugar, nossos achados reforçam a associação já estabelecida entre a exposição ao conflito interpaparental destrutivo e a manifestação de interações negativas com as figuras parentais. Isso corrobora pesquisas anteriores que apontam o conflito paparental como um fator determinante na qualidade das relações pais-filhos, mesmo quando esses filhos já atingiram a idade adulta emergente. Esse resultado enfatiza a continuidade da influência do ambiente familiar na vida dos indivíduos ao longo do tempo.

Ademais, este estudo revela que a culpa e a ameaça desempenham um papel mediador fundamental na relação entre a exposição ao conflito e as interações negativas com as figuras parentais. Entretanto, essa relação é moderada pela nacionalidade dos participantes, indicando que a percepção de culpa e ameaça gerada pelo conflito paparental pode variar consideravelmente em diferentes contextos culturais. Essa descoberta ressalta a complexidade dessas dinâmicas e a necessidade de considerar aspectos culturais na interpretação dos resultados. É crucial notar, no entanto, que, embora a culpa e a ameaça tenham demonstrado ter um impacto significativo, elas não explicam completamente a relação entre o conflito paparental e as interações negativas com as figuras parentais. Isso sugere a presença de outros fatores que também desempenham um papel nessa dinâmica complexa.

Em síntese, este estudo amplia nossa compreensão sobre como a exposição ao conflito interpaparental destrutivo afeta as interações e percepções dos adultos emergentes em relação às suas figuras parentais. Os resultados enfatizam a importância da consideração de elementos culturais na interpretação dos dados e destacam a necessidade de investigações adicionais para compreender mais profundamente as complexas dinâmicas familiares envolvidas. Essas conclusões têm implicações importantes para o desenvolvimento de intervenções e políticas que visam promover relacionamentos familiares saudáveis e o bem-estar psicossocial dos indivíduos em diferentes contextos culturais.

Referências

- Amato, P. R., & Afifi, T. D. (2006). Feeling Caught Between Parents: Adult Children's Relations with Parents and Subjective Well-being. *Journal of Marriage and Family*, 68(1), 222–235. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2006.00243.x>
- Andrade, C. (2016). Maturidade psicológica e independência financeira: Um estudo com adultos emergentes universitários. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, 3, 28–35. <https://doi.org/10.17979/reipe.2016.3.1.1457>
- Aquilino, W. S. (1997). From Adolescent to Young Adult: A Prospective Study of Parent-Child Relations during the Transition to Adulthood. *Journal of Marriage and Family*, 59(3), 670–686. <https://doi.org/10.2307/353953>
- Aquilino, W. S. (2006). Family Relationships and Support Systems in Emerging Adulthood. In J. J. Arnett & J. L. Tanner (Eds.), *Emerging adults in America: Coming of age in the 21st century* (pp. 193–217). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/11381-008>
- Arias, D. F., & Hernández, A. M. (2007). Emerging adulthood in Mexican and Spanish youth: Theories and realities. *Journal of Adolescent Research*, 22(5), 476–503. <https://doi.org/10.1177/0743558407305774>
- Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55(5), 469–480. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.5.469>
- Benetti, S. P. da C. (2006). Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 19 (Psicol. Reflex. Crit., 2006 19(2)), 261–268. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000200012>
- Berry, J.W., Poortinga, Y. H., Breugelmans, M. S., Chasiotis, A., & Sam, D. L. (2011). *Cross-cultural psychology: Research and applications* (3a ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Billari, F. C. (2004). Becoming an adult in Europe: A macro(/micro)-demographic perspective. *Demographic Research*, 3, 14-43. <https://doi.org/10.4054/DemRes.2004.S3.2>
- Bradford, K., & Barber, Grych B. K. (2005). Interparental conflict as intrusive family process. *Journal of Emotional Abuse*, 5(2-3), 143–167. https://doi.org/10.1300/J135v05n02_07
- Brandão, T., Saraiva, L., & Matos, P. M. (2012). O prolongamento da transição para a idade adulta e o conceito de adulez emergente: Especificidades do contexto português e

<https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/3336>

- Bowlby, J. (1982). Attachment and loss: Retrospect and prospect. *American Journal of Orthopsychiatry*, 52(4), 664–678. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1982.tb01456.x>
- Buehler, C., Lange, G., & Franck, K. L. (2007). Adolescents' cognitive and emotional responses to marital hostility. *Child Development*, 78(3), 775–789. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2007.01032.>
- Buhl, H. M., & Lanz, M. (2007). Emerging adulthood in Europe: Common traits and variability across five European countries [Editorial]. *Journal of Adolescent Research*, 22(5), 439–443. <https://doi.org/10.1177/0743558407306345>
- Camarano, A. A., Kanso, S., Mello, J. L., & Pasinato, M. T. (2004). Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. *Última Década*, 21(12), 11–50. <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362004000200002>
- Correia, F., & Mota, C.P. (2016). Ambiente familiar e qualidade da vinculação amorosa: papel mediador da individuação em jovens adultos. *Análise Psicológica*, 34(1), 15–29. <https://doi.org/10.14417/ap.1018>
- Cowan P. A. & Cowan C. P. (2007). Attachment theory: Seven unresolved issues and questions for future research. *Research in Human Development*, 4(3–4), 181–201.
- Crocetti, E., & Meeus, W. (2014). "Family Comes First!" Relationships with family and friends in Italian emerging adults. *Journal of Adolescence*, 37(8), 1463–1473. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2014.02.012>
- Crockenberg, S. B., & Langrock, A. (2001). The role of specific emotions in children's responses to interparental conflict: *A test of the model*. *Journal of Family Psychology*, 15, 163–182.
- Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2010). *Marital conflict and children: An emotional security perspective*. Guilford Press.
- Cummings, E. M., George, M. R., McCoy, K. P., & Davies, P. T. (2012). Interparental conflict in kindergarten and adolescent adjustment: prospective investigation of emotional security as an explanatory mechanism. *Child Development*, 83(5), 1703–1715. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2012.01807.x>
- Cummings, E. M., El-Sheikh, M., Kouros, C. D., & Buckhalt, J. A. (2009). Children and violence: the role of children's regulation in the marital aggression-child adjustment link. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 12(1), 3–15. <https://doi.org/10.1007/s10567-009-0042-7>

- Davies, P. T., & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: An emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin*, *116*(3), 387–411. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.116.3.387>
- DeBoard-Lucas, R. L., & Grych, J. H. (2011). Children's perceptions of intimate partner violence: Causes, consequences, and coping. *Journal of Family Violence*, *26*(5), 343–354. <https://doi.org/10.1007/s10896-011-9368-2>
- DeBoard-Lucas, R. L., Fosco, G. M., Raynor, S. R., & Grych, J. H. (2010). Interparental conflict in context: exploring relations between parenting processes and children's conflict appraisals. *Journal of clinical child and adolescent psychology: the official journal for the Society of Clinical Child and Adolescent Psychology, American Psychological Association, Division 53*, *39*(2), 163–175. <https://doi.org/10.1080/15374410903532593>
- Dorn O., Du Rocher Schudlich T. D. (2020). The enduring effects of infant emotional security in influencing preschooler adaptation to interparental conflict. In Benedetto L., Ingrassia M. (Eds.), *Parenting – Studies by an Ecocultural and Transactional Perspective* (pp. 1–17). Intech Open. <https://www.intechopen.com/chapters/71437>
- Douglass, C. B. (2007). From duty to desire: Emerging adulthood in Europe and its consequences. *Child Development Perspectives*, *1*(2), 101–108. <https://doi.org/10.1111/j.1750-8606.2007.00023.x>
- Dutra-Thomé, L., & Koller, S. H. (2014). Emerging adulthood in Brazilians of differing socioeconomic status: Transition to adulthood. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, *24*, 313–322. <https://doi.org/10.1590/1982-43272459201405>
- Easterbrooks, M. A., & Emde, R. N. (1988). Marital and parent-child relationships: The role of affect in the family system. In R. A. Hinde & J. S. Hinde (Eds.), *Relationships within families: Mutual influences* (pp. 83-103). New York: Oxford University Press
- van Eldik, W. M., de Haan, A. D., Parry, L. Q., Davies, P. T., Luijk, M. P. C. M., Arends, L. R., & Prinzie, P. (2020). The interparental relationship: Meta-analytic associations with children's maladjustment and responses to interparental conflict. *Psychological Bulletin*, *146*(7), 553–594. <https://doi.org/10.1037/bul0000233>
- Ellis, E. M., & Boyan, S. (2010). Intervention strategies for parent coordinators in parental alienation cases. *American Journal of Family Therapy*, *38*(3), 218–236. <https://doi.org/10.1080/01926181003757074>

- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118(1), 108–132. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.118.1.108>
- Facio, A., & Micocci, F. (2003). Emerging adulthood in Argentina. *New directions for child and adolescent development*, (100), 21–31. <https://doi.org/10.1002/cd.72>
- Fincham, F. D., & Hall, J. H. (2005). Parenting and the Marital Relationship. In T. Luster & L. Okagaki (Eds.), *Parenting: An ecological perspective* (pp. 205–233). Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Fosco, G. M., DeBoard, R. L., & Grych, J. H. (2007). Making sense of family violence: Implications of children's appraisals of interparental aggression for their short- and long-term functioning. *European Psychologist*, 12(1), 6–16. <https://doi.org/10.1027/1016-9040.12.1.6>
- Fosco, G. M., & Feinberg, M. E. (2015). Cascading effects of interparental conflict in adolescence: Linking threat appraisals, self-efficacy, and adjustment. *Development and Psychopathology*, 27(1), 239–252. <https://doi.org/10.1017/S0954579414000704>
- Furman, W., & Buhrmester, D. (1992). Age and sex differences in perceptions of networks of personal relationships. *Child Development*, 63(1), 103–115. <https://doi.org/10.2307/1130905>
- Gao, M. M., Du, H., Davies, P. T., & Cummings, E. M. (2019). Marital Conflict Behaviors and Parenting: Dyadic Links Over Time. *Family Relations*, 68(1), 135–149. <https://doi.org/10.1111/fare.12322>
- Goeke-Morey, M. C., Papp, L. M., & Cummings, E. M. (2013). Changes in marital conflict and youths' responses across childhood and adolescence: A test of sensitization. *Development and Psychopathology*, 25(1), 241–251. <https://doi.org/10.1017/S0954579412000995>
- Grych, J. H. (1998). Children's appraisals of interparental conflict: Situational and contextual influences. *Journal of Family Psychology*, 12(3), 437–453. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.12.3.437>
- Grych, J. H., Seid, M., & Fincham, F. D. (1992). Assessing marital conflict from the child's perspective: the children's perception of interparental conflict scale. *Child Development*, 63(3), 558–572. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1992.tb01646.x>
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108(2), 267–290. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.108.2.267>

- Grych, J. H., Fincham, F. D., Jouriles, E. N., & McDonald, R. (2000). Interparental conflict and child adjustment: testing the mediational role of appraisals in the cognitive-contextual framework. *Child Development, 71*(6), 1648–1661. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00255>
- Guerreiro, M. D., Abrantes, P. 2004. Moving into adulthood in a southern European country: transitions in Portugal. *Portuguese Journal of Social Science, 3* (3), 191–209. <https://intellectdiscover.com/content/journals/10.1386/pjss.3.3.191/1>
- Holahan, C. J., Valentiner, D. P., & Moos, R. H. (1994). Parental support and psychological adjustment during the transition to young adulthood in a college sample. *Journal of Family Psychology, 8*(2), 215–223. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.8.2.215>
- Henriques, C. R., Jablonski, B., & Féres-Carneiro, T. (2004). A geração canguru: algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar. *Psico, 35*(2), 195-205.
- Hofstede G., Hofstede G. J., Minkov M. (2010). *Cultures and organizations: Software of the mind* (3rd. ed.). New York, NY: McGraw-Hill.
- Jekielek, S. M. (1998). Parental conflict, marital disruption and children's emotional well-being. *Social Forces, 76*(3), 905–936. <https://doi.org/10.2307/3005698>
- Kaufman-Parks, A. M., DeMaris, A., Giordano, P. C., Manning, W. D., & Longmore, M. A. (2017). Parents and partners: Moderating and mediating influences on intimate partner violence across adolescence and young adulthood. *Journal of social and personal relationships, 34*(8), 1295–1323. <https://doi.org/10.1177/0265407516676639>
- Keepports, C. R., & Pittman, L. D. (2017). I wish my parents would stop arguing! The impact of interparental conflict on young adults. *Journal of Family Issues, 38*(6), 839–857. <https://doi.org/10.1177/0192513X15613821>
- Keller, H. (1998). Diferentes Caminhos de Socialização até a Adolescência. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano 8* (1/2), 1–14. <https://doi.org/10.7322/jhgd.38572>
- Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2000). Interparental conflict and parenting behaviors: A metaanalytic review. *Family Relations 49*, 25–44. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2000.00025.x>
- Kouros, C. D., Papp, L. M., Goeke-Morey, M. C., & Cummings, E. M. (2014). Spillover between marital quality and parent–child relationship quality: Parental depressive symptoms as moderators. *Journal of Family Psychology, 28*(3), 315–325. <https://doi.org/10.1037/a0036804>

- Kopystynska, O., Barnett, M. A., & Curran, M. A. (2020). Constructive and destructive interparental conflict, parenting, and coparenting alliance. *Journal of Family Psychology, 34*(4), 414–424. <https://doi.org/10.1037/fam0000606>
- Kumar, S. A., & Mattanah, J. F. (2018). Interparental conflict, parental intrusiveness, and interpersonal functioning in emerging adulthood. *Personal Relationships, 25*, 120–133. <https://doi.org/10.1111/pere.12231>
- Lefkowitz, E. S. (2005). “Things Have Gotten Better”: Developmental Changes Among Emerging Adults After the Transition to University. *Journal of Adolescent Research, 20*(1), 40–63. <https://doi.org/10.1177/0743558404271236>
- Lonner, W. J. (2019). Norms and Culture: An Editorial introduction to this Special Section. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 50*(10), 1095–1097. <https://doi.org/10.1177/0022022119889166>
- Lucas-Thompson, R. G., & Hostinar, C. E. (2013). Family income and appraisals of parental conflict as predictors of psychological adjustment and diurnal cortisol in emerging adulthood. *Journal of Family Psychology, 27*(5), 784–794. <https://doi.org/10.1037/a0034373>
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2013). Conflitos Interparentais e Individuação em Jovens Adultos Portugueses: Papel dos Conflitos de Lealdade [Interparental conflicts and individuation in young Portuguese adults: The role of loyalty conflicts]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 29*(3), 267–276. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000300004>
- McCoy, K., Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2009). Constructive and destructive marital conflict, emotional security and children’s prosocial behavior. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 50*(3), 270–279. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2008.01945.x>
- Merrifield, K. A., & Gamble, W. C. (2013). Associations Among Marital Qualities, Supportive and Undermining Coparenting, and Parenting Self-Efficacy: Testing Spillover and Stress-Buffering Processes. *Journal of Family Issues, 34*(4), 510–533. <https://doi.org/10.1177/0192513X12445561>
- Mendonça, M., Andrade, C., & Fontaine, A. (2009). Transição para a idade adulta e adultez emergente: Adaptação do Questionário de Marcadores da Adultez junto de jovens portugueses. *Psicologica, 51*, 147–168. https://doi.org/10.14195/1647-8606_51_10
- Moura, O., dos Santos, R. A., Rocha, M., & Matos, P. M. (2010). Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC): Factor structure and invariance across adolescents

- and emerging adults. *International Journal of Testing*, 10(4), 364–382. <https://doi.org/10.1080/15305058.2010.487964>
- Newman, B. M., & Newman, P. R. (2014). *Development Through Life: A Psychosocial Approach*. Cengage Learning.
- Nigg, C. R., Lippke, S., & Maddock, J. E. (2009). Factorial invariance of the theory of planned behavior applied to physical activity across gender, age, and ethnic groups. *Psychology of Sport and Exercise*, 10(2), 219–225. <https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2008.09.005>
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates*. Porto: Ambar.
- Pappámikail, L. (2004). Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 91–116.
- Petrogiannis K. (2011). Conceptions of the transition to adulthood in a sample of Greek higher education students. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 11, 121–137. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=56017110004>
- Ponciano, E. L. T., & Féres-Carneiro, T. (2014). Relação Pais-Filhos na Transição para a Vida Adulta, Autonomia e Relativização da Hierarquia. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 27(2), 388–397. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201427220>
- Revenson, T. A., Llave, K., & Hoyt, M A. (2023). Chronic illness and mental health, In Howard S. Friedman & Charlotte H. Markey (Eds.), *Encyclopedia of Mental Health* (Third Edition), pp 392-402. Academic Press. <https://doi.org/10.1016/B978-0-323-91497-0.00018-7>
- Rhoades, K.A. (2008), Children’s Responses to Interparental Conflict: A Meta-Analysis of Their Associations With Child Adjustment. *Child Development*, 79: 1942-1956. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2008.01235.x>
- Rudy, D., & Grusec, J. E. (2001). Correlates of authoritarian parenting in individualist and collectivist cultures and implications for understanding the transmission of values. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 32(2), 202–212. <https://doi.org/10.1177/0022022101032002007>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Mangelsdorf, S. C., Brown, G. L., & Sokolowski, M. S. (2007). Goodness-of-fit in family context: Infant temperament, marital quality, and early coparenting behavior. *Infant behavior & development*, 30(1), 82–96. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2006.11.008>

- Sears, M. S., Repetti, R. L., Reynolds, B. M., Robles, T. F., & Krull, J. L. (2016). Spillover in the home: The effects of family conflict on parents' behavior. *Journal of Marriage and Family*, 78(1), 127–141. <https://doi.org/10.1111/jomf.12265>
- Segall, M. H., Dasen, P. R., Berry, J. W., & Poortinga, Y. H. (1990). *Human behavior in global perspective: An introduction to cross-cultural psychology*. Pergamon Press.
- Simon, V. A., & Furman, W. (2010). Interparental conflict and adolescents' romantic relationship conflict. *Journal of Research on Adolescence*, 20(1), 188–209. <https://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2009.00635.x>
- Sha'ked, A., Rokach, A., & Morris, R. (2013). Marital distress, loneliness and children's adjustment. *Psychology and Education: An Interdisciplinary Journal*, 50(3-4), 11–18.
- Shiraev, E.B., & Levy, D.A. (2016). *Cross-Cultural Psychology: Critical Thinking and Contemporary Applications, Sixth Edition (6th ed.)*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315542782>
- Shulman, S., & Ben-Artzi, E. (2003). Age-related differences in the transition from adolescence to adulthood and links with family relationships. *Journal of Adult Development*, 10(4), 217–226. <https://doi.org/10.1023/A:1026006025155>
- Silva, C. S., Calheiros, M. M., & Carvalho, H. (2016). Interparental conflict and adolescents' self-representations: The role of emotional insecurity. *Journal of adolescence*, 52, 76–88. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2016.07.007>
- Silva, C. S., & Calheiros, M. M. (2018). Stop yelling: Interparental conflict and adolescents' self-representations as mediated by their perceived relationships with parents. *Journal of Family Issues*, 39(7), 2174–2204. <https://doi.org/10.1177/0192513X17741176>
- Silveira, P. G., & Wagner, A. (2006). Ninho cheio: a permanência do adulto jovem em sua família de origem. *Estudos De Psicologia (campinas)*, 23(Estud. psicol. (Campinas), 2006 23(4)), 441–453. <https://doi.org/10.1590/S0103166X2006000400012>
- Stocker, C. M., & Richmond, M. K. (2007). Longitudinal associations between hostility in adolescents' family relationships and friendships and hostility in their romantic relationships. *Journal of Family Psychology*, 21(3), 490–497. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.21.3.490>
- Taylor, R. D., & Oskay, G. (1995). Identity Formation in Turkish and American Late Adolescents. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 26(1), 8–22. <https://doi.org/10.1177/0022022195261002>
- Toloi, M. D. C. (2006). *Filhos do divórcio: Como compreendem e enfrentam conflitos conjugais no casamento e na separação*. Tese de doutorado) – Pontifícia Univer-

cidade Católica de São Paulo. São Paulo.

- Tucker, C. J., Holt, M., & Wiesen-Martin, D. (2013). Inter-Parental Conflict and Sibling Warmth during Adolescence: Associations with Female Depression in Emerging Adulthood. *Psychological Reports, 112*(1), 243–251. <https://doi.org/10.2466/21.10.PR0.112.1.243-251>
- Warmuth, K.A., DeCapua, A.M. & Fielding, A.M. Emerging Adults' Perceptions of and Responses to Interparental Conflict. *J Child Fam Stud* (2023). <https://doi.org/10.1007/s10826-023-02582-4>
- van Wel, F. (1994). “I Count My Parents among My Best Friends”: Youths’ Bonds with Parents and Friends in the Netherlands. *Journal of Marriage and Family, 56*(4), 835–843. <https://doi.org/10.2307/353596>
- van Wel, F., ter Bogt, T., & Raaijmakers, Q. (2002). Changes in the parental bond and the well-being of adolescents and young adults. *Adolescence, 37*(146), 317–333. <https://hdl.handle.net/11245/1.208580>
- Wendling, M. I., & Wagner, A. (2005). Saindo de casa dos pais: A construção de uma nova identidade familiar. In A. Wagner (Coord.) *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 123-134). Porto Alegre: EdiPUCRS
- Zemp, M., Bodenmann, G., & Cummings, E. M. (2016). The significance of Interparental Conflict for Children: Rationale for couple-focused programs in family therapy. *European Psychologist, 21*(2), 99–108. <https://doi.org/10.1027/1016-9040/a000245>
- Zimmer-Gembeck, M. J., & Collins, W. A. (2003). Autonomy development during adolescence. In G. R. Adams & M. D. Berzonsky (Eds.), *Blackwell handbook of adolescence* (pp. 175–204). Blackwell Publishing.